

Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais

Sede Acadêmica Brasil

Programa: Co-Edições

Convênio: ABC/MTE/SEFOR - FLACSO/Brasil (1999-2000)

**COLEÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO, E
GERAÇÃO DE RENDA**

**EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL:**

**memória em construção de experiências inovadoras na
qualificação do trabalhador (1996 – 1999)**

Organização:
Célia Reis Camargo



Dê um duplo clique no ícone ao lado
para ler nota importante sobre este livro.

“A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens.”

(Hannah Arendt)

“Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”

(Jacques Le Goff)

“...narrar é resistir.”

(Guimarães Rosa)

1. Compartilhar informações, criar identidades, construir memória

Quando a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego- MTE/SPPE (antiga SEFOR) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO, no âmbito do projeto REPLANFOR, decidiram organizar uma publicação sobre as experiências inovadoras realizadas durante a implantação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR, a idéia fundamental foi a de transferir conhecimentos e informações à ampla rede nacional de instituições de educação profissional.

Vislumbrava-se a possibilidade de criar recursos para um compartilhamento de informações que pudessem ser utilizadas pelos profissionais que atuam nessa área, favorecendo a reprodução das alternativas e dos encaminhamentos formulados naquelas iniciativas. As propostas originais poderiam ser estudadas e recriadas, em novos espaços sociais, no universo dos municípios brasileiros.

De outro lado, apenas a difusão desse conhecimento reunido já bastaria para criar situações de reflexão, necessárias ao entendimento das novas exigências da produção e das alterações que se verificam no mundo do trabalho. Reflexões indispensáveis para fundamentar ações conscientes na direção de políticas e práticas sociais.

Com este volume apresenta-se uma amostra do conjunto das iniciativas de caráter inovador, que foram assim consideradas por seus próprios responsáveis/contratantes, membros integrantes das secretarias estaduais de trabalho e/ou emprego. Os conjuntos de informações aqui reunidos constituem, portanto, idéias matrizes. Suas características, metodologias, objetivos e parcerias de execução, entre outros elementos, podem ser adaptados conforme as necessidades ou particularidades regionais/locais onde se efetive a sua realização.

As ações registradas e descritas realizaram-se no âmbito dos Planos Estaduais de Qualificação – PEQs, que articulam as ofertas e as demandas locais por educação profissional, contemplando projetos e ações cuja execução pretende chegar paulatinamente a beneficiar anualmente cerca de 20% da população economicamente ativa (PEA). Sob a gestão das Secretarias Estaduais de Trabalho ou órgãos equivalentes, viabilizam-se pela mobilização de fontes públicas e privadas de financiamento e pela utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador–FAT. As Comissões Estaduais de Trabalho – CETs, por sua vez, aprovam e homologam os PEQs, supervisionando sua execução. Vale enfatizar que as demandas de educação profissional, articuladas e priorizadas pelas CETs, são definidas pelas Comissões Municipais de Trabalho, ou pelas instâncias equivalentes.

Esta configuração dos trabalhos para a formulação e o gerenciamento de políticas públicas de trabalho e renda (PPTRs), expressa a ação de colegiados tripartites e

paritários. Envolvendo a sociedade civil, fundamenta-se nos pressupostos de participação, descentralização e controle social sobre os recursos financeiros. O Conselho Deliberativo do FAT – CODEFAT representa na esfera nacional este poder colegiado.

É desse modo, portanto, que estão sendo articulados os mecanismos de gestão dessas políticas: intermediação de mão de obra, geração de emprego e renda, seguro desemprego, informações sobre o mercado de trabalho e qualificação profissional.

Nesse sentido, abordou-se o conjunto das experiências inovadoras que se realizaram a partir de 1996, quando o PLANFOR experimentava suas primeiras intervenções num sistema tradicional de organização e de formação para o trabalho, no Brasil. Concebendo a função pública da educação profissional como uma ação de fomento e de articulação por parte do Estado, atribuiu-se valor máximo às ações de formação e de capacitação do trabalhador, propondo a integração da educação profissional, em caráter permanente, ao conjunto das ações constitutivas das políticas sociais, em particular da política pública de emprego, trabalho e renda - PPTR.

Para o leitor interessado nessas questões, mas pouco familiarizado com essas recentes ações do poder público federal, vale lembrar que, na elaboração e implantação do PLANFOR, foi pressuposto fundamental o reconhecimento de uma nova institucionalidade para a Educação Profissional (EP):

“sintetizada na necessidade de mobilização, articulação, integração e reorientação de toda capacidade instalada no País, com foco na formação massiva do cidadão produtivo.”¹

Ao lado da articulação institucional, que mobiliza uma rede nacional de instituições atuantes na área, e do apoio à sociedade civil, expresso nas ações de qualificação dirigidas para os segmentos mais vulneráveis da PEA, o avanço conceitual foi definido como linha de atuação essencial do Plano. Tratava-se da

“construção e consolidação de um novo enfoque conceitual e metodológico da EP, orientada pela efetiva demanda do setor produtivo, reunindo interesses e necessidades de trabalhadores, empresários, comunidades.”²

Essa linha de atuação fundamenta-se na necessidade de criar suportes políticos e programas de trabalho que possam dar conta de exigências impostas pelo processo de reestruturação produtiva da economia, que ocorre em escala mundial.

¹ Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. *Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado*. 1999, p. 27.

² Idem, p. 40.

O novo modelo global de produção exige, entre outras condições, requisitos cada vez mais elevados de desempenho, agravando a tendência de exclusão social de trabalhadores de baixa qualificação profissional. A redução de ofertas do mercado formal faz aumentar a pobreza e o desemprego, criando demandas sociais que o Estado não consegue atender se forem mantidas as fórmulas convencionais de encaminhamento da organização e das relações de trabalho: os “mercados podem ser internacionais, mas riqueza, prosperidade ou precarização serão sempre fenômenos nacionais e locais”.³

Nesse sentido, modifica-se a natureza das relações entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil. A escolha de prioridades e a redefinição de papéis

torna-se indispensável: “não se trata mais de reduzir radicalmente o papel do Estado, mas de modificá-lo profundamente, transformando-o e fortalecendo-o para novos papéis fundamentais. (...) Na ausência dessas políticas e de programas governamentais, o suporte político para a globalização poderá se fragilizar”.⁴

O PLANFOR expressa, portanto, as reflexões sobre essa nova realidade e contempla uma série de ações dirigidas para a formulação de estratégias articuladoras de uma política nacional de educação profissional, redefinindo as relações entre seus atores e agentes, desenvolvendo metodologias diferenciadas de qualificação para os diferentes grupos de sua população – alvo, descentralizando e fortalecendo a participação e a capacidade de execução local.

No bojo dessa nova concepção de ação pública é que se promoveram inúmeras experiências inovadoras. A educação profissional, tratada em novos termos, demanda a formulação de experimentos criativos, cujos resultados sejam capazes de apontar para o desenvolvimento de um projeto novo, de fortalecimento da cidadania, de ampliação das oportunidades de trabalho, elevando a qualificação do trabalhador e a qualidade da produção.

Um conhecimento mais detalhado e aprofundado dessas realizações permite que se formulem e se consolidem novos modelos de entendimento, que sejam identificados os elos que dão novo sentido ao mundo contemporâneo e, por isso mesmo, que se efetive uma participação consciente dos diversos segmentos sociais: “a crise não é da realidade, que se transforma continuamente, mas de nossos modelos de compreensão dessa realidade”.⁵

Sendo assim, essas ações devem ser também objeto de memória.

³ Gilberto Dupas. *Economia global e exclusão social*. 1999, p. 199.

⁴ Gilberto Dupas, ob. cit., p. 198.

⁵ Danilo Santos Miranda, na apresentação à edição brasileira do livro organizado por Domenico de Masi, *A Sociedade Pós – Industrial*, 1999.

Isto quer dizer que, acompanhando o teor de inovação que contêm, devemos ir além dos procedimentos convencionais de divulgação e de oferta de informações, levando adiante o propósito de inovar em todos os sentidos possíveis.

A construção da memória técnica desse momento particular, seguramente, é uma responsabilidade da qual não se pode fugir.

Dar início ao cumprimento dessa responsabilidade é o segundo propósito deste trabalho. A intenção foi a de oferecer ao leitor, especialmente a aqueles que já atuam na área, recursos, subsídios e orientações técnicas para que as informações e os documentos que estão sendo produzidos, a partir do desenvolvimento PLANFOR, possam ser organizados e manejados de modo a constituir verdadeiramente um apoio informativo para a ação dos colegiados, que dependem da construção de suas memórias institucionais.

Partindo-se do princípio de que informação desorganizada é informação perdida, essa tarefa torna-se, sem dúvida, essencial ao bom andamento dos trabalhos das comissões estaduais e municipais. Num momento crucial de formulação de novas concepções, de encaminhamentos para definir rumos de inserção social do trabalhador brasileiro, de avaliação de nossos padrões de organização e de criação de novas perspectivas, o apoio informativo torna-se ponto chave para instrumentalizar ações dessa envergadura.

Por todas essas razões este volume foi organizado em duas partes. A primeira, tratando as experiências inovadoras do ponto de vista de seu conteúdo e de seu significado no quadro geral de construção de uma política pública. A segunda parte, trata das formas de cadastramento e de pesquisa dessas ações. Como encarte desta publicação encontra-se um CD que contém gravado um banco de dados, onde estão cadastradas as experiências inovadoras desenvolvidas durante a implantação do PLANFOR, entre 1996 e 1999, identificadas até o momento pela SEFOR.⁶ Pesquisas mais refinadas poderão ser realizadas por aqueles que consultem o banco.

Sua utilidade maior, porém, é a de permitir novos cadastramentos, que poderão servir para a organização das informações locais e, em decorrência, disponibilizá-las amplamente para as comunidades. As sugestões de procedimentos técnicos a adotar para a classificação das novas informações, bem como o roteiro de instruções para seu uso, incluindo a pesquisa, estão reunidos nessa segunda parte do livro.

Foi um esforço direcionado para a criação de condições mais favoráveis ao registro e controle das informações, desejo manifesto em diversas ocasiões pelas comissões municipais e estaduais de trabalho e emprego (CMTs e CETs). Durante o Programa de Qualificação das Comissões Estaduais de Trabalho, realizado

⁶ MTE/SEFOR. *Catálogo de Projetos: experiências inovadoras*. 1999.

também pelo Projeto REPLANFOR, foram apontadas questões relacionadas aos mecanismos de comunicação/informação como base de vários dos problemas enfrentados pelas comissões no exercício de suas atividades. Tais questões foram consideradas decisivas para a atuação dos conselhos, interferindo em todas as dimensões do trabalho.⁷

Os experimentos de inovação, estimulados pelo PLANFOR, têm um caráter emblemático, representando aquilo que hoje estamos sendo capazes de imaginar e de criar, no propósito de transformar a sociedade brasileira numa realidade mais justa e viável. Constituem um conjunto de ações que, no futuro, poderão ser encaradas como fundadoras de um novo tempo, de um novo homem. Infelizmente não nos é dado conhecer os resultados desse processo. Ignoramos a conclusão daquilo que estamos estudando, que é a história do tempo presente.

Dessa perspectiva, falamos e refletimos na esteira dos acontecimentos, coletando dados, produzindo informações, rompendo com velhas tradições. Isto justifica, por si só, encarar a Educação Profissional como um novo lugar de memória.

⁷ Para informações mais aprofundadas sobre o assunto ver o volume dessa mesma coleção de publicações do Projeto REPLANFOR, **POLITICAS PUBLICAS DE TRABALHO E RENDA E CONTROLE DEMOCRÁTICO: A Qualificação dos Conselheiros Estaduais de Trabalho no Brasil**, também publicado em coedição com a Fundação Editora da UNESP.

2. Operacionalizando conceitos: a idéia de inovação na política de educação profissional

O conceito de inovação está na própria base do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. Todas as ações dele decorrentes enquadram-se nas novas formas de abordagem da educação profissional. No entanto, para efeito de qualificar as experiências que - entre todas as que se realizaram no cumprimento dos Planos Estaduais de Qualificação - tragam em si os requisitos essenciais que o conceito pressupõe, tome-se por base que:

“O conceito de inovação diz respeito a pelo menos uma das seguintes dimensões: clientela atendida (abrangendo não somente populações excluídas, mas qualquer segmento da PEA pressionado por necessidades de aperfeiçoamento e atualização); metodologia desenvolvida e aplicada, parcerias formadas, exploração e aproveitamento de oportunidades de geração de trabalho e renda, aumento de produtividade, qualidade; manutenção do emprego”.⁸

Sintetizados dessa forma, esses foram os critérios que nortearam o desenvolvimento das ações denominadas experiências inovadoras. Desde o ano de 1996 essa idéia vem sendo trabalhada como forma de operacionalizar a nova institucionalidade da educação profissional, procurando introduzi-la e aprofundá-la na concepção e no planejamento dos trabalhos de qualificação do trabalhador, em todas as unidades da federação. Em poucas palavras, tratava-se de experimentar para inovar a estrutura e o conteúdo da EP no Brasil, atuando no sentido de atingir quantitativa e qualitativamente o conjunto da população trabalhadora.

Destacam-se algumas preocupações fundamentais nesse processo, que caracterizam esses “experimentos”: a elevação de competências básicas e de escolaridade do trabalhador; a inclusão de segmentos da força de trabalho tradicionalmente discriminados (gênero, raça/cor, portadores de necessidades especiais, entre outros), assegurando a diversidade nas oportunidades de trabalho; a qualificação para o setor informal; a mobilização de jovens em situação de risco social; o desenvolvimento de comunidades rurais; a atenção para novas ocupações e novas áreas de atuação, como a cultura e o meio ambiente; a formação de gestores, empreendedores; a criação de novas metodologias e materiais didáticos; a qualificação para processos tecnológicos cada vez mais sofisticados; a orientação e treinamento para práticas associativas e micro – empreendimentos; a atenção para o setor de serviços.

⁸ MTb. *Avaliação Gerencial*. 1996 e 1997. Ver também *Catálogo de Projetos. Experiências Inovadoras*, ob. cit.

2.1 Síntese das ações

Entre 1996 e 1998 realizaram-se essas primeiras experiências, várias delas estendidas ou repetidas no ano de 1999 e outras, com previsões feitas para o período 1999 – 2002. As equipes de trabalho da FLACSO/Projeto REPLANFOR tiveram a oportunidade de acompanhar de perto esse processo, particularmente no desenvolvimento das atividades de apoio às comissões e secretarias estaduais de trabalho, visando o aperfeiçoamento da elaboração dos PEQs mediante a qualificação de seus membros.⁹

Verificou-se que a assimilação do conceito de inovação não se efetuou com facilidade, fato que se justifica se considerarmos o impacto das transformações que estavam sendo propostas no sistema tradicional de educação profissional, marcado até então pela homogeneidade e centralização.

Houve uma tendência inicial para considerar como inovador o que era “novo”, “exótico”, “inusitado”. As inovações, entendidas como avanços em dimensões fundamentais do PLANFOR, freqüentemente ficavam de lado. Parecia difícil, por exemplo, conceber uma experiência inovadora como um caminho para realmente avançar, pouco que fosse, no planejamento da educação profissional com foco na demanda. O mesmo se poderia dizer sobre o estabelecimento das parcerias, que atendem ao objetivo de articulação institucional. Esses aspectos, num primeiro momento, não eram vistos como elemento de inovação. De certo modo, era exatamente o caráter inovador do PLANFOR que provocava essas dificuldades iniciais de assimilação prática. Mas, como sempre acaba acontecendo, a incorporação dessas idéias foi se consubstanciando no exercício das próprias tarefas de planejamento e execução.

Um dos instrumentos de trabalho utilizados sistematicamente, entre os agentes que atuam nas unidades da federação e em todas as seções de trabalho, para ampliar o conceito de inovação e, ao mesmo tempo, aprofundar o seu significado como elemento fundamental da política de trabalho e renda, foi a comparação entre a abordagem tradicional da educação profissional e as novas propostas de tratamento da questão, do ponto de vista do PLANFOR. O novo conceito de qualificação, para ser implementado, deveria estar baseado na observação das transformações verificadas no processo produtivo e na análise dos resultados e implicações que dele decorrem.

⁹ Ver especialmente os volumes desta mesma coleção: 1. PLANEJANDO COM FOCO NA DEMANDA DO MERCADO DE TRABALHO: Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Qualificação Profissional/PEQs 1999-2002 (organizado por Fausto, Garcia e Ackermann); 2. POLITICAS PUBLICAS DE TRABALHO E RENDA E CONTROLE DEMOCRÁTICO: A Qualificação dos Conselheiros Estaduais de Trabalho no Brasil (organizado por Vogel e Yannoulas).

Esse quadro comparativo, foi objeto base das ações e de várias publicações da MTE/SPPE (antiga SEFOR).¹⁰ No entanto, é importante reproduzi-lo, mais uma vez, para que seja possível compreender, no conjunto deste trabalho, o quadro conceitual e os pressupostos que estiveram na base do planejamento e na execução das experiências inovadoras. Abordando a trajetória da Reestruturação Produtiva, é traçada uma comparação entre o “antigo” e o “novo”, contemplando os diversos aspectos desse processo.

Do ponto de vista da Economia/Mercado, o processo de transformação é caracterizado da seguinte forma:

“Antigo”	“Novo”
Expansão	Crise
Estável	Instável
Concorrência local	Concorrência global
“Vendedor”	“Comprador”
“A empresa manda”	“O cliente é o rei”

A caracterização do Produto, decorrente desses dois momentos distintos, envolve os seguintes aspectos de diferenciação:

“Antigo”	“Novo”
Padronizado	Diversificado
Ciclo de vida longo	Ciclo de vida curto
Inovação em patamares	Inovação contínua
Fabricação em massa	Séries médias, pequenas
Quantidade	Qualidade

Quanto às tecnologias que envolvem o processo de produção, são destacados como aspectos básicos de distinção:

¹⁰ Ver “Módulo Sociologia do Trabalho” do livro desta mesma coleção, “Políticas Públicas de Trabalho e Renda e Controle Democrático”.

“Antigo”	“Novo”
Equipamentos especializados	Equipamentos flexíveis
Equipamentos especiais	Equipamentos universais
Base eletro - mecânica	Base eletro - eletrônica
Linhas de montagem	Células de fabricação

As formas de gestão e organização apresentam como elementos distintivos principais:

“Antigo”	“Novo”
Hierárquica	Participativa
Vertical	Horizontal
Centralizada	Descentralizada
Controladora	Formadora
Punitiva	Orientadora
“O chefe tem sempre razão”	“Todos são responsáveis”

A partir dessas constatações, o quadro comparativo aborda as características desse processo nos aspectos essenciais para a nova institucionalidade da educação profissional. O primeiro deles, é a diferenciação do Trabalho:

“Antigo”	“Novo”
Tarefas/operações	Processos
Dividido	Integrado
Prescrito	Aleatório
Repetitivo	Flexível
Especializado	Polivalente
Heterocontrolado	Autocontrolado
Posto	Equipe

Finalmente, a questão da Qualificação aparece como o diagnóstico conclusivo do quadro, fundamento as novas práticas necessárias à qualificação do trabalhador:

“Antigo”	“Novo”
Habilidade	Competência
Saber (fazer)	Aprender (ser, aprender)
Disciplina	Autocontrole
Obediência	Iniciativa
Conformidade a normas	Gestão do aleatório
Reação	Ação, pró-ação
Memorização	Raciocínio
Execução	Diagnóstico
Concentração	Atenção
Formação curta ou longa	Formação contínua
Individual	Coletiva
Isolamento	Comunicação

Além dessa pauta, elaborada como ideário de apoio às ações do PLANFOR, as equipes da FLACSO trabalharam, junto aos Estados, com elementos complementares da análise comparativa entre o “antigo” e o “novo”, pretendendo com isto enriquecer os métodos de operacionalização e de ampliação das referências fundamentais do PLANFOR.

Tratando das Tendências e Desafios decorrentes da nova institucionalidade da educação profissional no Brasil, foi utilizado o seguinte quadro comparativo para trazer consistência de conhecimento e de informações às atividades de apoio ao planejamento e qualificação. Observe-se a atenção dada para elementos de análise que favorecem o entendimento de fatores determinantes de novos paradigmas a ser adotados na construção de políticas públicas:

Antiga Institucionalidade	Nova Institucionalidade
Estado	
Populismo/ autoritarismo/ exceção	Construção democrática
Centralização	Descentralização/ participação
Execução	Articulação
Economia / mercado	
Substituição importações/ protecionismo	Abertura/ competição
Competição doméstica/ local	Concorrência global
Crescimento acelerado com exclusão	Crescimento com equidade
“Milagre brasileiro”	Desenvolvimento sustentado
Relações capital - trabalho	
Tutela estatal (CLT)	Negociação
Sindicatos protegidos	Livre associação
Direitos individuais	Direitos coletivos
Rigidez	Flexibilização
Trabalho/qualificação	
Emprego estável/carreira única	Mudanças contínuas
Especialização	Polivalência
Assalariamento	Novas formas de inserção
Industrial	Serviços
Elites operárias (metal-mecânica)	Novas ocupações
Educação profissional	
Substitutiva/ dicotômica à educação geral	Complementar
Redes e sistemas nacionais	Multiplicidade de atores/agentes
Clientelas restritas	População economicamente ativa (PEA)
Viés branco/ masculino	Foco na diversidade
Centralização	Descentralização
Gestão governo + empresários	Gestão tri/multipartite
Formação longa	Formação permanente
Escolar	Contextualizada
Foco: oferta de formação	Foco: demanda setor produtivo
Assistencialismo	Geração de renda
“Operário padrão”	Cidadão produtivo

O trabalho com tais elementos de compreensão dos múltiplos aspectos constitutivos do mundo contemporâneo e, em particular, de suas implicações no

Brasil, conduzia à definição de uma agenda da nova institucionalidade, assim formulada:

- Quanto à definição e implementação de uma política educacional global:
 - erradicação do analfabetismo na PEA;
 - elevação da escolaridade de jovens e adultos (supletivo);
 - universalização da educação básica pública, gratuita;
 - ampliação do ensino superior;
 - melhoria geral de qualidade.
- Quanto à mobilização, articulação e fortalecimento da rede nacional de EP:
 - universidades (extensão);
 - escolas técnicas públicas e privadas;
 - sindicatos/ associações de trabalhadores;
 - fundações/ institutos públicos e privados;
 - ONGs;
 - ensino profissional livre (privado);
 - Sistema “S” (Senai/ Sesi; Senac/ Sesc; Senar; Senat/ Sest).
- Quanto à reestruturação de sistemas nacionais de educação profissional:
 - foco: demanda do setor produtivo;
 - tri/ multipartite;
 - clientela: PEA;
 - financiamento: público + privado;
 - modelo pedagógico/ organização: flexibilização, inovação;
 - organização: centros de excelência + centros públicos de EP.

Essa agenda finaliza trazendo à tona o eixo central dos trabalhos:

- resgate da EP como instrumento de política pública de trabalho e geração de renda, portanto, como questão de Estado.

2.2 Procedimentos para a coleta de dados

Dispomos hoje de uma amostra suficientemente representativa das realizações que se efetivaram com base nas reflexões suscitadas por essas pautas de discussão. O conhecimento delas ilustra os esforços feitos no sentido de tornar cada vez mais preciso o conceito de inovação dentro do PLANFOR.

Antes de descrevê-las, porém, é necessário prestar algumas informações sobre os procedimentos que foram adotados na coleta e sistematização de dados, na apresentação das experiências inovadoras e, finalmente, na montagem do Banco de Dados.

Do material utilizado

Foram três os conjuntos básicos de informações utilizados para a organização deste trabalho.

Em primeiro lugar, o Catálogo de Projetos: Experiências Inovadoras, que deu início à Série Acervo PLANFOR,¹¹ publicado em sua primeira edição pelo Ministério do Trabalho - MTb, em dezembro de 1998. Em 1999, já incluindo novos registros, foi publicada a segunda edição, cadastrando um total de 179 experiências, desenvolvidas no âmbito dos Planos Estaduais de Qualificação - PEQs.¹²

Em segundo lugar, utilizamos os relatórios enviados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho/Emprego, solicitados pelas equipes de campo do Projeto REPLANFOR. Um roteiro básico de informações, estruturado especialmente para coletar material para a elaboração deste livro, contemplava, além dos dados fundamentais da experiência descrita, aspectos essenciais para identificar sua natureza. Assim, foram dados essenciais:

- a indicação das cinco experiências mais importantes desenvolvidas no Estado, sob o ponto de vista da inovação;
- o relato que justificava os aspectos inovadores de cada uma delas, revelando as suas particularidades, tanto na perspectiva das demandas locais quanto das novas formas de tratamento das questões que, do ponto de vista de seus realizadores e executores, envolviam o mundo do trabalho em suas comunidades.

Por último, recorreremos aos documentos enviados à FLACSO por catorze dos estados brasileiros,¹³ entre fotos, vídeos, textos de projetos, de metodologias, produtos finais (materiais didáticos, textos técnicos, livros, diagnósticos, entre outros), como forma de elucidar e comprovar o caráter inovador daquelas experiências, selecionadas como as mais representativas da unidade da federação.

Além disso, como procedimento complementar, utilizamos o acervo de documentos do NID - Núcleo de Informação e Documentação da SPPE, órgão de

¹¹ Ob. cit., Brasília, 1999. Essa publicação foi elaborada por consultoria vinculada ao projeto REPLANFOR, como parte dos trabalhos de apoio técnico prestado ao NID – Núcleo de Informação e Documentação da MTE/SPPE (antiga SEFOR). A série Acervo PLANFOR inclui ainda o *Catálogo de Produtos*, com edição atualizada em 1999.

¹² Das duas edições foram excluídas as experiências realizadas a partir de Parcerias firmadas entre a SPPE e diferentes instituições brasileiras que, obrigatoriamente, desenvolveram projetos inovadores voltados para a qualificação do trabalhador.

¹³ Foram eles: Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Tocantins.

apoio gerencial e informativo, que abriga o acervo documental relativo à implantação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador.¹⁴

A coleta de informações

A sistemática de coleta de documentos e informações foi composta de duas grandes etapas. Na seqüência, essas fases estão discriminadas e descritas, repassando-se ao leitor o modelo de procedimentos, adotado no sentido de tornar públicas as situações de inovação criadas pelos diversos grupos de atuação local/regional, no âmbito da formação profissional.

1ª Fase: Coleta de documentos e informações junto aos estados e Distrito Federal.

Num primeiro momento, as equipes de campo da FLACSO/ REPLANFOR solicitaram a identificação de todas as experiências que as equipes das Secretarias Estaduais de Trabalho considerassem inovadoras, no âmbito da implementação do PLANFOR. Os critérios para esse processo de identificação deveriam levar em conta as formas de inovação, sob múltiplos aspectos, fossem em termos de articulação institucional, de avanço conceitual e metodológico ou ainda nas atividades de apoio à sociedade civil, entre as quais se destacam, pela amplitude e pelo vulto, os PEQs.

Identificadas as experiências, as equipes das Secretarias coletaram os materiais que as documentavam, entre eles textos, relatórios, fotografias, vídeos e outros produtos de trabalho.¹⁵

Depois de reunido o material, coube ainda a cada Secretaria a seleção das cinco experiências de maior destaque, realizadas no estado (ou no Distrito Federal), quanto ao grau de inovação. Para fundamentar essa avaliação os membros das Secretarias elaboraram documento específico constituído por uma breve justificativa da seleção, hierarquizando as cinco experiências mais relevantes.

Vale a pena destacar que o objetivo, nesse caso, era obter um perfil das iniciativas com maior teor de inovação, na perspectiva de quem as conduzia, ou seja, das equipes estaduais em atuação que, evidentemente, detinham o conhecimento sobre a realidade de seu próprio estado/região. Desse modo, foi possível trazer à tona os valores locais e, principalmente, as suas particularidades dos pontos de vista da demanda de mercado, de demandas sociais, das condições de vida, das possibilidades de articulação e negociação, dos quadros institucionais de

¹⁴ O Projeto REPLANFOR, por meio de consultorias especializadas, contemplou o apoio técnico ao NID/SPPE, na organização e classificação do acervo documental sob sua guarda e na informatização dos dados relativos a esse acervo.

¹⁵ Com respeito aos produtos produzidos como resultado dos PEQs ou de Parcerias foi organizado pelo NID/SPPE e publicado pelo MTE o *Catálogo de Produtos*, com edição atualizada de 1999.

executores disponíveis, das formas de mobilização (ou desmobilização) social existentes e assim por diante.

Esse material, finalmente, foi encaminhado à coordenação do Projeto REPLANFOR para organização e processamento dos dados.

A resposta a essa solicitação, por parte das Secretarias, foi quase completa. Recebemos os dados de caracterização relativos às cinco experiências mais importantes, seguidos de suas respectivas justificativas.

O formulário para coletar e padronizar essas informações¹⁶ foi apresentado e preenchido (individualmente, para cada experiência) de acordo com o seguinte modelo:

Experiências Inovadoras	
Unidade da Federação:	
Título da experiência:	
Entidade(s) executora(s):	
Descrição sumária:	
Justificativa*	
Metas**	
Datas	

* Por que a experiência é considerada inovadora considerando metodologia, recursos utilizados, clientela, conteúdo programático e outros.

** Ressaltar o que já foi realizado

*** De início e término da ação (assinalar se há previsão de repetição).

No entanto, as informações complementares - que envolviam o envio de documentação para possibilitar maiores esclarecimentos sobre suas razões ou condições de execução - foram enviadas por apenas 14 unidades. Por essa razão, houve necessidade de complementar a reunião de material relativo às inovações do PLANFOR.

2ª Fase: Pesquisa de documentos e informações junto à SPPE.

Essa exigência foi cumprida com facilidade, considerando a existência do Núcleo de Documentação e Informação - NID, da SPPE, órgão criado para dar apoio informativo e gerencial à Secretaria.

Reunindo um volume considerável de documentos produzidos como resultado dos trabalhos de implantação do PLANFOR, no Distrito Federal, estados e municípios brasileiros, o NID organiza a sua memória técnica e desenvolve atividades que

¹⁶ O mesmo formulário alimentou de dados a publicação já mencionada *Catálogo de Projetos: Experiências Inovadoras*.

visam a organização desse material e o seu tratamento técnico, tornando-os acessíveis para consulta por todos aqueles que estão envolvidos na rede institucional da educação profissional.¹⁷

Desse modo, a SPPE mantém tais serviços de documentação dirigidos também para o apoio a gestores, grupos sociais em qualificação, pesquisadores e educadores.

A consulta ao acervo do NID envolveu análise e seleção de documentos e informações relativas às experiências inovadoras, incluindo a Coleção de Produtos, mantida como uma das principais coleções relativas à memória técnica do PLANFOR, constituída por projetos, material didático, metodologias, textos, publicações, documentos técnicos e normativos, CDs, vídeos e demais resultados finais dos PEQs e das parcerias institucionais.

2.3 Processamento das informações

Classificação e cadastramento das experiências inovadoras em banco de dados

Concluídos os trabalhos de coleta e reunião de documentos e informações, seguiu-se a sua sistematização. O principal recurso utilizado foi a construção de um banco de dados com a finalidade de armazenar, de forma organizada, os dados coletados. Foi desse modo que registramos as informações extraídas dos vários conjuntos de documentos e também de algumas publicações, já mencionadas, o que possibilitou a combinação dos dados de várias formas.

O resultado final envolveu a classificação das experiências e a conclusão de um cadastro eletrônico, o mais completo possível, até o momento. Para otimizar as possibilidades de utilização do cadastro foram elaboradas listas de termos e de assuntos, instrumentos que permitirão às equipes de trabalho que atuam nas unidades federativas realizar seus próprios cadastramentos, tomando como base, para classificação e registro, esse primeiro vocabulário controlado.

A seleção das experiências: critérios

Nem todos os estados brasileiros puderam referenciar o desenvolvimento de cinco experiências inovadoras, conforme lhes havia sido solicitado. Houve casos em que apenas uma foi apontada. Por outro lado, houve casos em que foram apontadas mais de uma dezena de iniciativas com características de inovação.

¹⁷ Essa iniciativa da SPPE é um exemplo que, sempre que possível, deveria ser adotado como padrão, pelos estados brasileiros. Constituir órgãos de documentação e de apoio informativo, além de manter os arquivos bem organizados é uma das formas mais importantes de assegurar uma gestão de trabalho responsável e com qualidade.

A preocupação com os critérios de seleção das experiências que deveriam ser divulgadas esteve condicionada à idéia de que não se poderia correr o risco de apresentá-las de forma a gerar comparações de natureza quantitativa. Em outras palavras, não seria conveniente que a sua apresentação levasse o leitor a um julgamento equivocado, buscando identificar as unidades da federação “mais inovadoras”, dada a quantidade de experiências desenvolvidas.

Pensando dessa forma, a escolha e descrição dessas experiências foram estruturadas de uma outra perspectiva, buscando o entendimento do conceito de inovação que estava presente nos próprios textos e relatos enviados, procurando descobrir de que maneira esse conceito, por diversas vezes se redefine, se modifica ou se amplia, lá nas unidades federativas onde tiveram lugar, onde o ideário político encontra as particularidades e se concretiza em práticas sociais diferenciadas.

Por isso, a seleção das experiências não se prendeu a um padrão de quantidade para cada estado. Foram destacadas e agrupadas, ora pelo que possuíam de comum, no mesmo estado ou entre vários deles, ora por suas particularidades. O importante foi tratá-las de modo a desvendar, as várias faces do conceito de inovação, que emergem na implementação do PLANFOR.

Essa conduta teve implicações no modo como foram processados os dados. Tão importante quanto à ordenação das informações de identificação e caracterização da experiência (data, local, metas, título, objetivos, executores, etc) foi a sistematização dos argumentos utilizados pelas secretarias de trabalho para justificar o teor de inovação. Como se verá no próximo capítulo, esses argumentos foram arrolados com o mesmo cuidado com que foram descritas as iniciativas a que se referem.

Ordenação das informações: perfil das experiências inovadoras por clientela

É evidente que o aspecto fundamental para a organização das informações refere-se à clientela objeto das ações de qualificação. Por esse motivo, os dados presentes em todas as experiências cadastradas foram extraídos e agrupados, constituindo uma primeira lista de termos que serviu de padrão de classificação.

A transcrição dessa lista, além de possibilitar uma visão global da clientela atingida por essas experiências, poderá ser utilizada para o cadastramento de novos registros, por aqueles que se servirem do BANCO DE EXPERIÊNCIAS INOVADORAS para uso nos trabalhos de organização da memória técnica, nos estados, municípios e distrito federal.

Essa relação compõe-se do vocabulário específico do PLANFOR para tratar a população alvo de suas ações, qualificando-a de forma muito diversificada, precisando as suas condições, perfis e particularidades. Essa qualificação minuciosa é fundamental para atingir os seus objetivos, especialmente quando se trata de acionar os vários mecanismos para ampliar o universo dos grupos sociais discriminados ou carentes de formação e qualificação.

Esta lista pode ser ampliada, futuramente, conforme exigirem as características de novos registros, cujo conteúdo revele novas clientelas.

A relação apresenta termos que se desdobram. Inicia-se a especificação pelo termo mais genérico. Por exemplo, mulheres. Como há várias categorizações, este termo é desdobrado em mulheres índias, mulheres detentas, mulheres em situação de risco social etc.

Vale enfatizar a importância que essa forma de relacionar o vocabulário assume para que a busca de informações possa ser efetuada de modo mais rápido e preciso. Não seria demais lembrar que, embora o tempo consumido nessa tarefa de organização de informações seja maior, o tempo despendido na sua busca será, depois, muito menor.

Até o momento em que se concluiu a coleta de termos,¹⁸ foram identificados os seguintes:

- Acompanhantes
- Adolescentes.
 - Adolescentes negros
- Adultos.
 - Adultos analfabetos (não alfabetizados)
- Agentes.
 - Agentes comunitários
 - Agentes culturais
 - Agentes de saúde
 - Agentes de turismo
 - Agentes voluntários
- Agricultores
- Albergados
- Aqüicultores
- Árbitros de futebol
- Artesãos
- Assentados rurais
- Associação Comunitária
- Atendentes.
 - Atendentes infantis
- Autistas.
 - Parentes de autistas
- Autônomos

¹⁸ Esta relação é baseada exclusivamente na classificação das experiências inovadoras que tiveram lugar no PLANFOR, entre 1996 e 1999. Daí decorre a ausência de inúmeros segmentos econômicos nessa lista. Fonte de coleta: Catálogo de Projetos: Experiências Inovadoras, ob. cit.

- Aviadores
- Balconistas.
 - Balconistas de farmácia
- Bancários.
 - Bancários desempregados
 - Bancários em risco de desemprego (demissão)
 - Bancários de baixa e média escolaridade
- Carvoeiros
- Castanheiros
- Catadores de papel
- Comunidades.
 - Comunidades carentes
 - Comunidades com baixa escolarização
 - Comunidades negras
 - Comunidades pesqueiras
- Conselheiros municipais (representantes da sociedade civil)
- Contadores
- Deficientes.
 - Deficientes desempregados
 - Deficientes visuais
 - Parentes de deficientes
- Desempregados.
 - Desempregados com baixa escolaridade
- Detentos (presos)
 - Detentos em regime aberto
- Diversos
- Egressos.
 - Egressos do PEQ
 - Egressos do sistema penitenciário
- Empreendedores
- Empregadas domésticas
- Engenheiros
- Estudantes.
 - Estudantes do ensino médio (secundaristas)
 - Estudantes do ensino técnico.
 - Estudantes em busca do primeiro emprego
- Famílias.
 - Famílias de agricultores em assentamentos
 - Famílias de pequenos produtores rurais
- Feirantes
- Funcionários públicos
- Gestores.
 - Gestores de educação profissional
 - Gestores de geração de trabalho e renda
- Graduados
- Instrutores
- Jornalistas

- Jovens.
- Jovens albergados
 - Jovens analfabetos (não alfabetizados)
 - Jovens carentes
 - Jovens em desemprego prolongado
 - Jovens em situação de risco social
 - Jovens excedentes do serviço militar
 - Jovens meninos de rua
- Líderes comunitários
- Meeiros
- Microempreendedores (empresários). Microempreendedores rurais
- Militares
- Mulheres.
 - Mulheres agricultoras
 - Mulheres costureiras
 - Mulheres de produtores rurais
 - Mulheres de trabalhadores rurais
 - Mulheres desempregadas
 - Mulheres em situação de risco
 - Mulheres em situação de risco social
 - Mulheres índias
 - Mulheres parteiras
 - Mulheres presidiárias
 - Mulheres prostitutas
 - Mulheres servidoras públicas
 - Mulheres vendedoras
- Músicos
- Operários de construção civil
- Pedreiros.
 - Serventes de pedreiro
- Pequenas comunidades (moradores locais)
- Pequenos empreendedores
- Pequenos produtores
- Pescadores
- Policiais civis
- Policiais militares.
 - Oficiais da Polícia Militar
- Populações ribeirinhas
- Portadores.
 - Portadores de deficiências
 - Portadores de HIV
 - Portadores de necessidades especiais
- Posseiros
- Povos (populações) indígenas - em situação de risco social
- Pequenos produtores rurais.
 - Pequenos produtores rurais remanejados involuntariamente
- Produtores.

- Produtores culturais
 - Produtores da indústria de audiovisuais
- Professores leigos
- Profissionais da educação
- Seringueiros
- Servidores e técnicos de delegacias
- Servidores públicos
- Subempregados
- Técnicos de secretarias (municipais, estaduais)
- Trabalhadores.
 - Trabalhadores ambulantes
 - Trabalhadores da construção civil
 - Trabalhadores da indústria naval
 - Trabalhadores de creches e asilos
 - Trabalhadores de gastronomia
 - Trabalhadores de hotelaria
 - Trabalhadores de turismo
 - Trabalhadores desempregados em situação de risco social
 - Trabalhadores desempregados
 - Trabalhadores do comércio
 - Trabalhadores negros
 - Trabalhadores rurais de baixa renda
 - Trabalhadores rurais

Ordenação das informações: inserção das experiências inovadoras em segmentos econômicos.

Do mesmo modo que a clientela, foi importante para o agrupamento das informações verificar os grandes segmentos econômicos em que se inseriram, especialmente para que se pudesse recuperar as iniciativas para geração de trabalho e renda desenvolvidas como alternativas ao trabalho industrial, que predominava anteriormente. Há desdobramentos desses segmentos econômicos,¹⁹ mas para uma visão mais imediata desse perfil, a lista que se segue sintetiza o universo daquelas ações:

- Administração
- Agroindústria
- Agropecuária
- Artes
- Comércio
- Comunicações
- Construção Civil
- Cultura

¹⁹ Consultar o Vocabulário Controlado que foi elaborado para orientar aqueles que pretendam desenvolver trabalho semelhante de organização dos documentos e informações técnicas, que consta da Segunda Parte deste livro.

- Desenvolvimento Comunitário
- Economia informal
- Educação
- Esportes
- Extrativismo
- Indústria
- Meio Ambiente
- Micro- empreendimentos
- Produção Artesanal
- Saúde
- Segurança Pública
- Serviços
- Turismo

2.4 Banco de dados para cadastramento e pesquisa

Como já foi dito antes, a descrição e as observações apresentadas neste trabalho, sobre o caráter inovador das experiências de educação profissional, basearam-se principalmente nos dados registrados no Catálogo de Projetos: Experiências Inovadoras.

O catálogo, enquanto instrumento de pesquisa, relaciona as iniciativas identificadas em todo o território nacional, agrupando-as por região (Norte, Nordeste, Sudoeste, Centro- Oeste e Sul); em cada região, foram relacionadas as unidades da federação que a integram e, dentro de cada uma das unidades foram discriminadas e ordenadas as experiências nelas desenvolvidas.

Essa forma de classificação é uma das mais utilizadas quando se trata de apresentar um panorama, uma visão global de ações de ampla realização, envolvendo diversos setores e áreas geográficas.

Tal procedimento permite a localização precisa das atividades cadastradas nos locais onde ocorreram e, principalmente, recupera a quantidade de ações desenvolvidas em cada setor ou área, trazendo à tona muitas vezes, suas particularidades regionais ou locais.

Para a implementação do PLANFOR, a produção desse primeiro instrumento de referência derivou exatamente dessa intenção específica: informar a sociedade sobre os resultados alcançados por iniciativas que encaravam o desafio de contemplar a diversidade regional e social dos trabalhadores em nosso país, beneficiando segmentos da população economicamente ativa. Desse modo, a divulgação dessas informações atendia à expectativa de estimular as possibilidades de intercâmbio entre os parceiros e executores do PLANFOR, enfim, entre todos os envolvidos e integrantes da rede de educação profissional.

As formas de utilização dessas informações, entretanto, são muitas, estendendo-se para além dessas expectativas, já por si fundamentais e indispensáveis aos objetivos de interação de executores e parceiros.

Diante das possibilidades de análise que o assunto das experiências de inovação suscita, verificou-se que seria possível trabalhar com outras formas de classificação, procurando descortinar novos elementos contidos nessas iniciativas. Para agilizar os trabalhos foi desenvolvido um banco de dados que permitiu a incorporação de todas as informações que compuseram o Catálogo de Projetos: Experiências Inovadoras. Em seguida, foi construída uma estrutura de pesquisa que possibilitou a combinação dos diferentes dados, conforme as múltiplas perspectivas de análise.

Na execução dessa etapa do trabalho percebemos que seu aproveitamento não deveria ficar restrito apenas ao cumprimento de atividades para organizar uma publicação que descrevesse mais detalhadamente o perfil das iniciativas de inovação para a formação do trabalhador. Por que não estender esta possibilidade aos agentes e parceiros do PLANFOR?, foi a pergunta que se impôs imediatamente, considerando o propósito de criar novos instrumentos de trabalho para a rede de educação profissional e de repassar sistematicamente os conhecimentos gerados por seus vários integrantes.

Foi assim que surgiu a idéia de transformar o banco das experiências inovadoras, que era então apenas uma ferramenta de trabalho temporária para facilitar o manejo e a combinação de dados, no BANCO DE EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, na forma de um CD-ROM, como encarte da publicação.

Como um recurso de trabalho mais elaborado, a ferramenta pôde ser transformada num produto para uso geral dos agentes desse processo.

Alguns resultados práticos e de curto prazo podem ser apontados na utilização do Banco:

- Inclusão imediata de novos registros;
- Armazenamento padronizado das informações sobre cursos, projetos, experiências inovadoras, iniciativas de cooperação, intermediação de negociações e outras práticas de trabalho similares;
- Produção de relatórios, sínteses de atividades, listas de informação e demais documentos de trabalho, por meio do recurso da pesquisa ao Banco;
- Uso concomitante do Banco e de um documento de trabalho em elaboração. O armazenamento em base única de dados permite que os conjuntos de informações sejam rapidamente recuperados. O recurso da impressão, disponível na tela de pesquisa do Banco, permite salvar as informações e transferi-las para outro documento, trazendo grande

facilidade nos casos em que se torne necessário inserir os dados localizados na pesquisa;

- Agilização de coletas de dados para avaliações e análises de atividades, conforme perspectivas específicas de interesse e de abordagem;
- O compartilhamento da informação por todos os membros das equipes de trabalho atuantes na área da educação profissional.

3. (Re) Construindo conceitos: relatos das experiências inovadoras

O conjunto das experiências inovadoras que foram relacionadas a partir das informações e do material enviado pelas secretarias estaduais de trabalho e emprego (ou órgãos equivalentes) compõe a lista apresentada a seguir. Para melhor compreensão do leitor, sobre a forma como foi arrolado esse conjunto de iniciativas, algumas observações preliminares se fazem necessárias:

Os títulos das experiências estão ordenados alfabeticamente, seguidos da sigla dos estados onde se realizaram;

Foram excluídas dos títulos as palavras *projetos*, *programas* ou equivalentes. Manteve-se apenas esta denominação para os casos de nomenclatura oficial de programas nacionais ou estaduais;

Da mesma forma, foram deslocadas do título expressões como: *capacitação*, *qualificação*, *requalificação*, *treinamento*, etc. Essas palavras foram colocadas ao final do título, entre parênteses. Dessa forma, a leitura pode ser feita, conhecendo-se, de imediato, a temática de qualificação, o tipo de clientela ou o tipo da iniciativa que se procura localizar.²⁰ No momento da descrição das experiências essas informações serão naturalmente recuperadas.

As experiências assinaladas com o asterisco (*) ao final do título são aquelas que se encontram descritas neste volume.²¹

Relação nominal das experiências inovadoras/PLANFOR (1996 – 1999)²²

- Ações móveis de educação profissional - RN
- Acompanhante de paciente em domicílio - CE
- Adolescentes e jovens em situação de risco - RN
- Agentes comunitários de saúde do Estado do Paraná (Atualização de) - PR
- Agentes de saúde indígenas: Programa Nacional para Trabalhadores de Saúde - MS
- Agentes indígenas de saúde – AIS (Capacitação profissional de) - TO
- Agricultores familiares – Pernambuco Solidário na Seca (Capacitação de) - PE
- Agropecuária orgânica - CE
- AJEUM – Cozinha africana e afro – brasileira - RJ

²⁰ Para consulta de outras informações no Banco de Experiências em Educação Profissional, procure pelo Estado ou digite uma palavra do título, na tela de pesquisa.

²¹ O detalhamento da descrição variou conforme a disponibilidade de documentos e informações a que pudemos ter acesso.

²² Nem todas as iniciativas ocorridas durante o ano de 1999 estão arroladas, uma vez que a coleta de informações teve fim em meados de 1999.

- Aldeia indígena (Qualificação profissional em) - PA*
- Alfabetização de jovens e adultos - AM
- Alfabetização de jovens e adultos dos assentamentos - PB
- Alfabetização de jovens e adultos e Supletivo de 1º grau - RS
- Apoio aos autônomos - PB
- Aprender construindo - SC
- Aproveitamento de alimentos - RJ
- Área de hotelaria e gastronomia no DF (Treinamento a profissionais da) - DF
- Áreas de reforma agrária (Qualificação em) - CE
- Artes navais - SE
- Artesanato e desenvolvimento comunitário – Projeto Rodovalho - MS
- Assentamentos rurais – Industrialização de frutas - TO
- Associativismo e cooperativismo/ Organização do trabalho/ Mentalidade empreendedora - RJ
- Atendimento ao sistema penitenciário - SC
- Auxiliares de enfermagem (Qualificação de) - PR
- Baianas de acarajé e de mingau – BA *
- Bancária (Qualificação e requalificação) - SC
- Beneficiamento da fibra de coco – PA *
- Beneficiários do PROGER (Qualificação e acompanhamento dos) - PR
- Beneficiários do Programa Bacia Leiteira (Qualificação profissional dos) - TO
- Beneficiários do seguro – desemprego (Requalificação para) - AM
- Bolsa – Alfa - DF
- Bolsa – Escola - DF
- Cadastro de entidades de educação profissional na Internet - PR
- Cafeicultura do Estado (Qualificação da) - PE
- Catadores de papel (Treinamento e capacitação para) - SP
- Centro de Treinamento e Ensino – RHEA - MG
- Centro Experimental Público de Formação Profissional: Programa Aprendendo a Aprender - SP
- Centros de produção comunitária – RR *
- Chão de Fábrica - SC
- Cidadania da perspectiva da raça negra - BA
- Cinema e vídeo (Treinamento na área de) - DF
- Comercialização de produtos artesanais indígenas – AM *
- Comércio exterior (Curso de) - TO
- Condutores Mirins de Turismo - DF
- Consórcio de Prefeituras - MG
- Construção civil - Prédios históricos (Qualificação de trabalhadores da) - PE
- Construir um sonho - SE
- Cooperativa dos Produtores de Calçados e Componentes de Campina Grande Ltda - COOPERCAM - PB
- Couro ecológico - AC
- Crédito/ Capacitação para o pequeno trabalhador rural - PB

- Cuidadores de idosos - MT
- Deficiente mental/ APAE's – SC *
- Deficiente visual – SC *
- Deficientes (Curso de capacitação de) - TO
- Deficientes auditivos (Capacitação de) - TO
- Deficientes visuais (Qualificação para) - CE
- Desenvolvimento de habilidades básicas e específicas dos alunos do curso de iniciação à informática - AM
- Desenvolvimento de modelo da ação integrada de intermediação do trabalhador autônomo e qualificado - MT
- Detentos e egressos do sistema penitenciário - GO
- Direitos humanos para policiais civis (Curso de atualização em) - PR
- Educação contextualizada - AM
- Educação na saúde - SP
- Educação profissional nas áreas de assentamento agrário - SC
- Educadores infantis - PR
- Educadores infantis leigos (Qualificação de) - CE
- Educar Trabalhando - MG
- Escola Zé Peão - PB
- Estofaria - AM
- Executivos juvenis - RR
- Fábrica - Escola de equipamentos para portadores de deficiência – MA *
- Fabricação de papel artesanal – RO *
- Fabricação de produtos de higiene e limpeza com matéria – prima alternativa - MT
- Famílias atingidas pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Dona Francisca (Treinamento e capacitação rural das) - RS
- Feirante cidadão - BA
- Fênix de Viver - MG
- Fomento e implantação de micro e pequenas unidades de produção agroindustrial no semiárido paraibano – PB *
- Formação de formadores - DF
- Formação de incubadora virtual em projetos agro- industriais na região do Pólo de Desenvolvimento Integrado do Alto Piranhas - PB
- Formação de jovens empreendedores - SP
- Formação de mensageiros – AM *
- Formação do Trabalhador. Um novo perfil para o mundo do trabalho - AL
- Fórum Catarinense de Desenvolvimento - SC
- Funcionários das prefeituras abrangidas pelo Programa Comunidade Solidária (Capacitação de) - TO
- Geração de renda – Programa de prevenção à imunodeficiência – Bem Viver - RS
- Gestores municipais de saúde para a região do centro oeste do Paraná (Capacitação de) - PR
- Guias mirins para parques ecológicos – AC *

- Habilidades básicas, específicas e de gestão: Programa Aprendendo a Aprender - SP
- HIV - SC
- Implantação do Pólo Têxtil em Ceará Mirim - RN
- Implantação do Pólo Têxtil em Santa Cruz - RN
- Indústria automotiva (Qualificação de trabalhadores para a) - PR
- Indústria de cerâmica do Estado do Paraná (Qualificação de recursos humanos na) - PR
- Informática – Aprenda em casa - CE
- Informática (Treinamento para os profissionais na área de) - DF
- Informática para detentos – RJ
- Inserção e Permanência de Pessoas Portadoras de Deficiências no Mercado de Trabalho – PA *
- Inserção produtiva de mão de obra de baixa escolaridade - MT
- Instituto Dragão do Mar de Arte e Indústria Audiovisual do Ceará - CE
- IPQ – Instituto de Psiquiatria de São Pedro de Alcântara – SC *
- Jacarelândia – O país da percussão - RJ
- Jovens e adolescentes em situação de risco social (Qualificação e acompanhamento de) - PR
- Jovens pobres e desempregados (Capacitação empresarial para) - PE
- Lapidagem de pedras preciosas e semipreciosas - DF
- MAÇAIOK – AL *
- Mães do Programa Bolsa – Escola da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Qualificação profissional das) - MG
- Mão de obra para indústrias de confecções de Matinha e Lima Campos (Treinamento de) - MA
- Marketing para todos - CE
- *Master* em Gastronomia - RS
- Mercês de Cima - MG
- Mestres artesãos/ Oficinas da Alegria – MG *
- Modelagem conceitual da Coordenadoria de Formação Profissional - PR
- Movimento negro - SC
- Mulher Cidadã - RN
- Mulher em movimento – SC *
- Mulheres indígenas. Corte, costura e vagonite – AC
- Mulheres taxistas. Turismo – CE *
- Multiplicadores em desenvolvimento auto- sustentável na agricultura - SC
- Música instrumental e percussão - PB
- Novas tecnologias agrícolas - ES
- Nutrição e alimentação (Qualificação profissional na área de) - PE
- Observatório permanente de situações de emprego e formação profissional: Programa Aprendendo a Aprender - SP
- Oficinas de orientação profissional para os estudantes secundaristas da rede pública do Ceará - CE
- Olho Vivo – PA *
- Operação e manutenção de motosserra – RO *

- Operador de rádio – chamada para cegos – RJ *
- Orquestra afro-brasileira - RJ
- Orquestra Filarmônica do Estado do Acre – AC *
- Paisagismo (Qualificação profissional na área de) - DF
- Perfumaria para cegos (Curso de) - RJ
- Pesca artesanal - MT
- Pesca industrial e artesanal - ES
- Pessoal do setor turístico (Capacitação de) - PE
- Pessoas portadoras de deficiência – Inserção e permanência no mercado de trabalho - PA
- Pessoas portadoras de necessidades especiais – Produção de Limpeza (Qualificação de) - MT
- Planejamento municipal de atividades sustentáveis – Araguaína – MT *
- Polícia comunitária - PB
- Policiais militares (Qualificação dos) - SC
- Policiais militares em polícia interativa - (Requalificação de) - PE
- Políticas públicas (Capacitação de) - SC
- Pólo Audiovisual - MG
- Pólo calçadista (Qualificação para o) - BA
- Prática de banda – PA *
- Prevenção de alcoolismo e formação profissional - PB
- Pró Amazônia: formação gerencial para população indígena em cooperativismo, associativismo e projetos – RO *
- Professor leigo (Qualificação do): Programa Nacional para Serviços Pessoais – MS
- Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos – PAJAS – PB *
- Programa Estadual de Apoio à Erradicação do Trabalho Escravo nas Carvoarias de MS - MS
- Programa Estadual para Autogestores e Microempreendedores . Trabalhadores ambulantes - MS
- Programa Estadual para População Indígena - MS
- Programa Integrar - MG
- Programa Integrar - PA
- Programa Integrar - RJ
- Programa Integrar - RS
- Programa Integrar - SP
- Programa Nacional para Pessoas Portadoras de Deficiência - MS
- Projeto Atualizar - SC
- Projeto Fazendo Fazer – Oficina para formação de produtores visuais - RJ
- Projeto Trabalhar - CE
- Projeto Trabalhar - GO
- Providência - MG
- Rádio comunitária – RJ *
- Recursos humanos para construção de cisternas no meio rural (Capacitação de) - PB

- Regentes e instrumentistas de banda de música e orquestras de pau- e- corda (Capacitação de) - PE
- Renovação da produção artesanal – CE *
- Resgate e valorização das parteiras tradicionais/indígenas – AP *
- S.O.S. Costa Leste – SC *
- Saúde da família para agentes de saúde (Capacitação de) - CE
- Saúde da mulher (Capacitação para a) - RN
- Segurança pública cidadã – Carnaval é coisa séria - BA
- Seminário de qualificação do jovem empreendedor - RS
- Serviço Civil Voluntário - DF*
- Serviço Civil Voluntário – RJ *
- Servidores de administração pública do Estado de Pernambuco (Capacitação de)- PE
- Servidores em delegacias sobre violência contra mulheres (Capacitação de) – PB*
- Sócio Institucional (Projeto de capacitação) - MA
- Supletivo de 2º grau – RS
- Técnicos de espetáculos de diversões – RJ *
- TENENGE – COPESUL - RS
- Trabalhadores da construção civil (Qualificação profissional para) - MA
- Trabalhadores da indústria da construção civil: Projeto Trabalhar - MS
- Trabalhadores da Zona da Mata (Qualificação dos) - PE
- Trabalhadores do Pólo Gesseiro (Qualificação dos) - PE
- Trabalhadores em técnicas de restauração – IIª etapa: estágio canteiro – escola (Capacitação de) - AM
- Trabalho sócio- educativo e/ou autônomos - CE
- TV do Trabalhador - PI
- Vale do São Francisco (Capacitação profissional do) - PE
- Valorização da mulher – MG *

Como se pode ver, em curto período, revela-se um grande esforço empreendido na busca de encaminhamentos e de soluções criativas para fundamentar uma nova política de educação profissional. Especialmente no que diz respeito às propostas de ampliar o universo da população brasileira a ser atingida como alvo de formação e qualificação e, de outro lado, na formulação de novos conteúdos de qualificação como resposta às exigências da reestruturação produtiva, das inovações tecnológicas e das novas relações entre capital e trabalho.

Passemos então à caracterização dessas experiências inovadoras. Ao conhecê-las teremos oportunidade de refletir sobre as diversas maneiras de entendê-las e, de outro lado, sobre os caminhos que estão sendo apontados e o significado que a inovação assume na prática, com a concretização desses projetos de trabalho. Lembre-se que a sua identificação foi feita nos próprios estados brasileiros (além do DF), apontando as mais relevantes no quadro local ou regional.

3.1 “Do Oiapoque ao Chuí”: clientelas em destaque

As prioridades atribuídas a determinados tipos de clientela caracterizaram as experiências inovadoras desenvolvidas nas diversas unidades da federação. Seguindo as recomendações do PLANFOR, quanto à necessidade de focá-las nos segmentos da população mais vulneráveis, marcados pela baixa escolaridade e carência de qualificação, para inserção no mercado de trabalho, ou para o desenvolvimento de atividades geradoras de renda, os projetos e programas de trabalho desenvolvidos apresentaram várias características comuns.

Entre elas a identificação de novos segmentos populacionais e sociais que, definidos como população-alvo de suas ações, iniciassem o processo de reversão das práticas tradicionais de educação profissional. A categorização de tais clientelas, atribuindo prioridade à idéia da diversidade e da igualdade de oportunidades de trabalho, assumiu uma configuração particular no conjunto das experiências apontadas por seus realizadores como as mais relevantes.

Nas observações feitas a seguir não foram colocadas em destaque as experiências dirigidas para trabalhadores desempregados que, como se pode supor, constitui uma vasta clientela, prioritária, carente de ações de educação profissional. Muitos projetos foram desenvolvidos no sentido de atender as demandas de situações de desemprego prolongado, qualificando ou requalificando os trabalhadores para outros setores, serviços e ocupações. O desenvolvimento desses projetos inovadores será abordado quando forem descritas as suas características quanto aos novos conteúdos e novas áreas de ação para o trabalho.

As categorias de clientela discriminadas apontam para um refinamento dos critérios para sua definição e especificação. Afinal, desempregados homens, mulheres e jovens constituem designações muito genéricas. Os planos estaduais de formação profissional estão tornando cada vez mais precisas as identidades das clientelas atendidas, inclusive no sentido de identificar segmentos emergentes, que estão a merecer atenção. Esse trabalho é indispensável para a construção da política pública de trabalho e renda, na medida que os perfis sociais, cuidadosamente traçados, fundamentam todas as ações subseqüentes de metodologias, conteúdos programáticos para cursos, materiais didáticos, intermediações de mão de obra, identificação de demandas etc.

O fortalecimento das comunidades indígenas

Os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Pará e Santa Catarina foram unidades federativas que elegeram essa clientela como um dos elementos de avanço das práticas de inovação, desenvolvidas no sentido de uma nova política de educação profissional.

“...aumentando a qualidade da produção.”²³

Qualificação Profissional em Aldeia Indígena foi um projeto inovador desenvolvido no Pará, em parceria com o SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, com o SENAI – Serviço nacional de Aprendizagem Industrial e com o SEBRAE - Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa. O desenvolvimento dessa experiência marcou a abertura do Plano Estadual de Educação Profissional para as comunidades indígenas.

A preocupação fundamental que norteou a execução do projeto esteve no aumento da qualidade da produção agrícola e pecuária, principais atividades da tribo dos Gaviões.

Com a articulação da FUNAI, foi possível executá-la no município de Bom Jesus do Tocantins, qualificando membros da tribo que vive na aldeia Mãe do Rio. Os cursos de olericultura básica (cultura de legumes), bovinocultura do leite, avicultura básica e processamento de frutas regionais foram realizados com o propósito de assegurar melhor qualidade à produção comunitária local, “agregando valor ao produto e garantindo, além de sua subsistência, a colocação dos produtos no mercado, melhorando, assim, a renda da comunidade.” Essas atividades foram complementadas por cursos de panificação e artesanato.

A dificuldade apontada pelos executores do projeto foi a carência de recursos para deslocamento e alimentação. Esse problema fez com que fossem encaminhados poucos membros, apesar das vagas garantidas nos cursos. Mesmo assim, foram treinados aproximadamente 100 membros da tribo dos Gaviões.

Outro exemplo de trabalho foi o que se realizou no Estado do Amazonas. *Comercialização dos Produtos Artesanais Indígenas* foi uma iniciativa desenvolvida em parceria de execução com a ADCAM- Associação para o Desenvolvimento Coesivo da Amazônia.

O projeto de trabalho também inovou ao reunir número expressivo de representantes de várias etnias, entre elas: Tikuna, Wanano, Saterê, Dessana, Tariano, Tukano, Mura, Piratapuia, Macuxi, Baniwa, Arapaço e Wapichana. Envolveu também a participação da AMARN- Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro, a AMISM - Associação das Mulheres Indígenas Saterê – Mawé e ainda o MEIAM- Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas.

O objetivo do projeto foi a capacitação para comercialização dos produtos artesanais indígenas, incluindo a expectativa de promover maior integração entre os povos e contribuir para a fixação em seu habitat.

²³ Todas as citações feitas dessa forma, neste capítulo, foram extraídas dos documentos enviados pelos estados, principalmente de seus textos que apresentavam os critérios que justificaram a inovação das experiências apontadas como as mais relevantes.

Em Rondônia, o projeto *Pró- Amazônia: Formação Gerencial para População Indígena em Cooperativismo, Associativismo e Projetos* foi desenvolvido com o objetivo de “capacitar lideranças indígenas no gerenciamento organizacional, financeiro e político de suas associações.” O propósito de criar condições para a autonomia dos povos indígenas no estado foi apontado como a base de estruturação de todas as ações realizadas.

Constituiu a primeira experiência de capacitação em gerenciamento e elaboração de projetos oferecida a lideranças indígenas, realizada em Cacoal. Essas lideranças representavam doze comunidades distintas reunidas em aldeias no estado de Rondônia.

Atividades coletivas de inter- relação grupal foram desenvolvidas na primeira etapa do trabalho, entremeando exposições teóricas com exercícios práticos de dinâmica de grupo, técnicas de relaxamento e de relações interpessoais, jogos cooperativos e atividades lúdicas relacionadas às temáticas em foco. A metodologia utilizada facilitou a acomodação dos conteúdos, promovendo a integração do grupo e permitindo que as lideranças presentes estabelecessem a relação entre a teoria e a prática da organização associativa. Assim, situações-problema foram postas para discussão, exigindo levantamentos de hipóteses, testes de alternativas, elencos de soluções possíveis.

O resultado foi que o índice de aproveitamento, segundo seus realizadores, superou as expectativas, dado o conteúdo do curso e as dificuldades de assimilação. O trabalho coletivo finalizou com um anteprojeto, elaborado pelas lideranças, que consideraram a condição sociocultural de cada comunidade envolvida. Esse produto foi reservado para teste para que, na segunda etapa, fosse possível corrigir ou aprimorar suas proposições.

Os artesãos e o resgate das tradições culturais

Várias experiências inovadoras representaram a tendência apresentada em muitos estados pela busca de valorização das manifestações culturais e das práticas populares tradicionais, trazendo à tona particularidades locais.

“...transformando as tradições em atividades produtivas”.

O projeto *Maçaiok*, desenvolvido em Maceió, no Estado de Alagoas, foi uma das experiências de inovação que melhor representa essa busca de revalorização das tradições culturais, especialmente no que diz respeito ao artesanato popular.

Apresentado como uma alternativa de profissionalização continuada para os excluídos do processo produtivo e como uma ação imediata do poder público no encaminhamento de graves questões sociais, estabeleceu como objetivo principal a formação de artesãos especializados na técnica do filé. Como se sabe, o filé representa uma das formas mais antigas de confecção de renda, em Alagoas.

Vislumbrando a perspectiva de abrir espaço para sua comercialização, esse projeto contemplou ainda a capacitação dos artesãos para a instalação e gerenciamento de pequenas e micro-empresas ou cooperativas, a identificação de pontos de venda para escoamento de sua produção e a instrumentalização dos jovens envolvidos no projeto para atuarem como estilistas e consultores de moda.

Vale destacar, na concepção do trabalho, a atenção dada à técnica do filé como uma forma de *resgate* das manifestações culturais, residindo aí o teor maior da inovação: transformá-la em atividade produtiva e geradora de renda. Dessa forma, a proposta é, ao lado da recuperação e disseminação das técnicas antigas de produção, inovar a arte do filé com a adoção de várias técnicas e estilos.

Para a operacionalização do projeto *Maçaiok* foram envolvidos o PROGER/MCZ e a Fundação Teotônio Vilela. O primeiro, responsável pela infra-estrutura dos treinamentos (filé e técnica de estilista), por sua avaliação e pela comercialização e escoamento da mercadoria produzida. À Fundação Teotônio Vilela coube a realização de cursos sobre associativismo e cooperativismo e a participação no acompanhamento e avaliação dos resultados.

A Prefeitura Municipal de Maceió, por meio do projeto Cidadão, e EMTURMA (empresa de turismo local) também foram envolvidas no esforço de articulação institucional para concretização dos objetivos do projeto.

Com enfoque distinto, mas apontando o resgate de tradições na produção artesanal, destaca-se o Atelier de Arte Yara Tupinambá e o Instituto de Promoção Social e Humana Darcy Ribeiro, que executaram o projeto *Mestres Artesãos. Oficinas da Alegria*.

Foram realizadas 38 oficinas de arte ministradas por artistas plásticos e artesãos, além de cursos de cerâmica, cor e criação, pintura, papel reciclado, serigrafia e tapeçaria. Aulas de português instrumental e de gerenciamento complementaram os trabalhos. Nessa primeira experiência foram treinados 822 alunos, dos quais vários se organizaram em cooperativas (municípios de Congonhas e Nova Lima) sob orientação dos professores, com patrocínio de outras instituições.

O projeto envolveu a qualificação, entre seus alunos, de pessoas portadoras de deficiência, ligadas à Associação Mineira de Reabilitação.

A concepção do trabalho fundamentou-se no pressuposto de que o desenvolvimento do potencial artístico recupera a auto-estima e, ao mesmo tempo, abre perspectivas de trabalho remunerado com o aprimoramento da produção artística-artesanal, que procurou fazer frente ao produto internacional que chega ao Brasil em grande quantidade. O enfoque cultural e artístico do artesanato tem como finalidade incentivar o artesão a trabalhar em duas frentes: “a busca da tradição”, desenvolvendo, por exemplo, “o treinamento de pessoas na área da tapeçaria de retalhos, velho hábito das famílias mineiras, reciclado à luz

da arte”; de outro lado, o uso de tecnologias contemporâneas, como a serigrafia e o aprendizado de técnicas de forma e raky, na área de cerâmica.

Na perspectiva de tratar o artesanato com vistas a preparar seus produtores para a competição no mercado internacional, mas sem esquecer o resgate das práticas tradicionais de trabalho, lembramos aqui o estado do Ceará, com o *Programa de Renovação da Produção Artesanal*, executado pela Fundação da Ação Social-FAS, investindo na melhoria das condições da produção. A finalidade foi dotá-la de “maior competitividade no mercado globalizado”.

Por isso desenvolveu-se o trabalho de capacitação dos artesãos, de ação continuada, com vistas ao aperfeiçoamento de suas habilidades. Introduzindo o uso de novas tecnologias, materiais e até mesmo novos *designs*, não deixando de contemplar os envolvidos com treinamentos gerenciais e com o apoio à comercialização do artesanato no estado.

De acordo com os realizadores do projeto, o teor de inovação decorre do fato de que, pela primeira vez, ocorre uma intervenção planejada na produção artesanal, atribuindo-se prioridade às técnicas mais tradicionais e com maior capacidade de absorção de mão de obra. A preocupação com a manutenção de suas características culturais condiciona a metodologia de trabalho para a capacitação dos artesãos. Inovadora é também, pela montagem de laboratórios organizacionais desenvolvidos nos municípios- pólos de artesanato, onde são oferecidos os treinamentos específicos de técnicas artesanais, organização e financiamento de micro- empreendedores e de empreendimentos coletivos (centrais de comercialização e de unidades produtivas).

Entre maio de 1997 e outubro de 1998 foram realizadas oficinas organizacionais em 15 municípios- pólos de artesanato e ainda 400 cursos de artesanato, que envolveram cerca de 7 200 treinandos.

Uma visão integral das pessoas portadoras de deficiências

Inserção e Permanência de Pessoas Portadoras de Deficiências no Mercado de Trabalho foi projeto desenvolvido no Estado do Pará, em parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos, promovendo ações de intermediação de mão de obra e de qualificação profissional. O objetivo, explicitado no próprio título, foi o de assegurar às pessoas portadoras de deficiências “condições efetivas de integração e permanência no mercado de trabalho.”

Ao lado do treinamento profissionalizante para os integrantes do projeto, o destaque para o teor de inovação foi atribuído ao conjunto dos serviços oferecidos para atingir esse objetivo: orientação vocacional, sensibilização de empregadores e capacitação de pessoal nas empresas para o trato com os portadores de deficiências.

Essa concepção de trabalho, calcada numa visão integral do portador de deficiência atendido, incluiu o acompanhamento sistemático daqueles que foram colocados no mercado de trabalho e a realização de ações complementares de readaptação, procurando assegurar a manutenção das vagas conquistadas.

A criação de uma cooperativa de portadores de deficiências, com um número inicial de 55 membros, onde se desenvolvem atividades produtivas, foi um dos resultados mais positivos do projeto, considerando o desdobramento da qualificação em iniciativas que consolidam as possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

O Estado de Santa Catarina destacou três projetos inovadores voltados para as pessoas portadoras de deficiências, demonstrando prioridade a essa clientela nas ações estaduais de qualificação.

O primeiro deles, o *Projeto IPQ*, desenvolvido junto ao Instituto de Psiquiatria de São Pedro de Alcântara, para pessoas com deficiências mentais que necessitam de atendimento especial, atuando ainda nos municípios de Florianópolis e São José. O segundo, também voltado para a mesma área de trabalho, *Projeto Deficiente Mental*, envolvendo as APAE's existentes no estado, foi desenvolvido em todos os municípios, buscando a profissionalização de pais, parentes e portadores de necessidades especiais. Atenção particular foi dada aos envolvidos no projeto que enfrentavam situação de desemprego.

Finalmente, o *Projeto Deficiente Visual*, que teve lugar na grande Florianópolis: além das ações de capacitação, voltadas para a profissionalização dos deficientes visuais, gerou como resultado a criação da primeira cooperativa de pessoas portadoras de necessidades especiais na área visual.

“...realizar o sonho de empregabilidade imediata.”

Duas experiências inovadoras merecem referência por sua realização no Estado do Rio de Janeiro, indicando caminhos possíveis para inserções em mercado de trabalho. Os projetos *Radio Comunitária* e *Operador de Rádio- chamada para Cegos* foram executados, respectivamente, pela União de Cegos do Brasil- UCB e pela Caixa Escolar do Instituto Benjamin Constant.

O primeiro contemplou a realização de um curso ministrado pela própria UCB, voltado para a capacitação de operadora de áudio. A presidência da entidade executora cedeu o espaço físico e os equipamentos para a criação da Rádio Comunitária Sabiá, que foi ao ar, operando com a maioria de seus empregados deficientes visuais e devidamente qualificados.

No mesmo sentido desenvolveu-se o curso de operador de rádio- chamada para cegos. Atendendo à demanda dos portadores de deficiências visuais, criou condições para a criação e ocupação de um novo posto de trabalho, atendendo a um setor do mercado em franca expansão (*Sistema Pager*).

As características de inovação não residem apenas na criação de postos de trabalho e na clientela qualificada. Envolve também a metodologia adotada, que adotou o sistema DOS - VOX, criado por um cego, tendo estendido seu uso aos operadores de rádio- chamada.

A *Fábrica- Escola de Equipamentos para Portadores de Deficiência* foi um empreendimento realizado no Estado do Maranhão e executado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica- CEFET. Inicialmente, proporcionou condições e oportunidade de trabalho a 75 pessoas portadoras de deficiências, que foram qualificados para a produção de cadeiras de rodas, bengalas e demais equipamentos utilizados.

A implementação do projeto foi viabilizada por meio de parcerias entre a Universidade Federal do Maranhão- UFMA, a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, a que couberam a elaboração e orientação técnica para a implementação da fábrica, a empresa Alumínio do Maranhão S.A- ALUMAR, que financiou a construção do galpão industrial, a Secretaria de Estado da Solidariedade, Cidadania e Trabalho- SOLECIT, que viabilizou a capacitação por meio do PEQ e o Centro Federal de Educação Tecnológica- CEFET, que executou a qualificação profissional dos trabalhadores e dirigentes da fábrica. A empregabilidade da clientela qualificada foi imediata.

Jovens em situação de desemprego e de risco social: bases para o exercício da cidadania

Trinta e duas experiências inovadoras envolveram ações de educação profissional voltadas para jovens, o que corresponde a aproximadamente 17% do total das experiências arroladas. Dessas, registramos um total de 24 projetos dirigidos especificamente para jovens em situação de risco social.

Das vinte e sete unidades da federação (incluindo o Distrito Federal), dez delas apontaram como inovadores projetos desenvolvidos com o objetivo de atender a essa clientela prioritária: Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Sergipe.

Observa-se que o conteúdo predominante dessas ações de qualificação é voltado para a cultura as artes (com grande peso para as atividades musicais), a produção artesanal e a área de comunicação visual. Aproximadamente 50% dos projetos que qualificam jovens em situação de risco social apresentam essas características.

No Pará, o projeto *Olho Vivo* voltou-se para a clientela de jovens com baixa escolaridade, entre 14 e 18 anos. Entre eles, os adolescentes atendidos pela Fundação da Criança e do Adolescente²⁴ e jovens oriundos de famílias de baixa renda.

²⁴ Esta entidade é vinculada à SETEPS – Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social.

Seu objetivo principal foi a profissionalização dessa clientela, utilizando como eixos centrais de trabalho a arte-educação, a saúde, o meio ambiente, a pesquisa, o intercâmbio cultural e a profissionalização na produção de vídeos. Os jovens participantes, obrigados a uma frequência regular às atividades, receberam bolsa-auxílio mensal, para transporte e lanche, no valor de 50 reais.

Os esforços de articulação institucional podem ser percebidos pelos diversos tipos de recursos mobilizados para a viabilização do projeto. Envolveram a Universidade Federal do Pará- UFPA, a UNICEF e a Comunidade Solidária. A parceria foi desenvolvida com o Centro Artístico Amazônia Rádio Margarida.

Como elemento de inovação foi destacada a possibilidade de oferecer aos participantes do projeto as condições para o exercício de uma atividade profissional viável, com demanda de mercado consolidada. Ao mesmo tempo, abrem “novos horizontes de vivência pessoal e profissional”²⁵, ao propiciar a esses jovens o acesso ao conhecimento e ao manejo de instrumentos e técnicas com que, até então, nunca haviam tido oportunidade de contato.

Devemos lembrar também o *Serviço Civil Voluntário*, executado pela VIVA RIO, no Rio de Janeiro, com o objetivo fundamental de desenvolver o serviço civil como instrumento de qualificação profissional, respondendo efetivamente às demandas e carências detectadas na clientela dos jovens em situação de risco social.

O projeto, de ação continuada, assegurou a todos os inscritos a formação de 1º grau, a capacitação em informática e o desenvolvimento de habilidades de gestão, pequenos negócios e empreendimentos sociais. Garantia-se também ocupação e renda para os jovens, durante a execução do programa. Na base das ações de capacitação está o propósito de desenvolver nos jovens os valores da cidadania, nacionalidade e solidariedade, por meio de ações objetivas de prestação de serviços comunitários.

Uma parcela significativa da clientela atendida pelo projeto é formada por jovens excedentes das Forças Armadas.

Para o desenvolvimento dos trabalhos, essa experiência acionou inúmeras instituições e entidades da sociedade civil, como igrejas, escolas, associações de moradores e sindicatos. Até o final de 1998 haviam sido qualificados 1 254 jovens, com previsão para treinamento de outros 2 700.

Iniciativa do mesmo teor foi realizada no Distrito Federal, para jovens nascidos em 1979.

²⁵ Informações retiradas do *folder* “Projetos inovadores, novas oportunidades”, divulgando ações do Plano de Educação Profissional do Pará.

Para as equipes das secretarias dessas duas unidades da federação, onde teve lugar o *Serviço Civil Voluntário*, foram apontados como fator de inovação os resultados e desdobramentos desse trabalho para a própria sociedade. Em primeiro lugar, pelo impacto que um amplo programa de cidadania pode provocar, e pelos benefícios concretos decorrentes da prestação dos serviços comunitários. Beneficia-se a sociedade também pelo resultado das ações educativas e pela criação de novas metodologias para a formação de jovens. Ao mesmo tempo, as entidades e instituições envolvidas no projeto usufruem contingentes de jovens para o desenvolvimento de suas ações de solidariedade comunitária, criando inclusive estações de trabalho/educação, onde a informática ocupa lugar de destaque.

Para finalizar a exemplificação da diversidade de caminhos criados para responder à questão social dos jovens em situação de risco, fazemos referência à *Orquestra Filarmônica do Acre*, voltada para o ensino da música erudita para meninos atendidos por abrigos e privados de liberdade por decisão judicial. Foi desenvolvido com o propósito de gerar condições de reintegração social. Além desse trabalho registra-se, nesse estado, a execução do projeto *Guias Mirins para Parques Ecológicos*, que qualificou meninos de rua para atuar nas atividades de turismo.

Trabalhadores e produtores rurais: o desenvolvimento comunitário

Incluindo áreas de assentamento rural, as experiências inovadoras denotam atenção para pequenos produtores rurais e, especialmente, para trabalhadores rurais. Os projetos identificados apresentam uma característica comum: todos eles promovem iniciativas de capacitação no sentido de articular as comunidades em torno de atividades geradoras de renda, otimizando recursos naturais locais disponíveis e, em muitos casos, conciliando as atividades com novos enfoques para o meio ambiente, seja desenvolvendo atitudes de preservação ou implantando novas formas de produção e de aproveitamento dos recursos que levam esse fator em consideração.

Outro aspecto que caracteriza o tratamento dado a essa clientela pelos projetos de educação profissional é a preocupação com as possibilidades de auto-organização dessas comunidades na gerência da produção e na colocação de seus produtos. Grande parte das ações contempla a capacitação para o associativismo e para a gestão de pequenos empreendimentos.

Um total de catorze projetos inovadores foi apontado como ações dirigidas para trabalhadores e produtores rurais. Esse número, entretanto, não inclui aqueles que foram desenvolvidos para trabalhadores e produtores que se dedicam ao extrativismo e para comunidades pesqueiras. Se incluirmos esses segmentos populacionais no conjunto dessas iniciativas que promovem o desenvolvimento comunitário, esse número eleva-se para 20 projetos, ultrapassando os 10% do total das experiências inovadoras arroladas.

De modo geral essas iniciativas concentraram-se nos estados da região nordeste e centro-oeste (CE, SE, RN, PE, MT, MS, AC). De outras regiões, aparecem os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais e Pará.

Um primeiro exemplo que transmite bem o espírito que presidiu a concepção geral desse projeto é o *Beneficiamento da Fibra de Coco*. Constitui uma das experiências que procurou inovar no cumprimento de dois objetivos fundamentais, inter-relacionados: otimizar o aproveitamento de recursos naturais do Estado do Pará e criar recursos de melhoria do nível de vida das comunidades rurais, ampliando a renda familiar e inserindo-as no mercado de trabalho.

Pequenos produtores rurais foram capacitados para desenvolver o processo de substituição de produtos sintéticos por produtos naturais, biodegradáveis e recicláveis. O beneficiamento da fibra do coco, já no primeiro momento, teve direção certa: a indústria automobilística, que dela se utiliza a partir da produção de bancos, encostos e outros acessórios.

O projeto, iniciado no município de Ponta de Pedras, foi implantado em 15 municípios do estado, tendo como meta a criação de unidades de processamento da fibra de coco, responsáveis por abastecer de matéria-prima a unidade maior, localizada na Região Metropolitana de Belém. Nessa unidade realiza-se, então, a montagem dos acessórios e demais produtos.

A parceria que tornou possível a realização do projeto foi feita com a UFPA, por meio de seu Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável Poemar.

Já no Estado da Paraíba a clientela de trabalhadores e produtores rurais foi contemplada com o *Projeto de Fomento à Implantação de Micro e Pequenas Unidades de Produção Agroindustrial no Semi-árido Paraibano*.

Com o envolvimento do Programa de estudos e Ações para o Semi-árido – PEASA, o projeto foi implantado em 14 unidades agro-industriais do semi-árido, como alternativa de geração de emprego e renda para a agricultura familiar, havendo previsão para ampliar esse quadro de unidades. Além de implantar e fazer o acompanhamento do funcionamento de cada uma das unidades, outras ações foram executadas pelo projeto. Entre elas, a transferência de tecnologias e treinamentos relativos a saúde, educação e gestão.

Até o final do ano de 1998 já haviam sido realizados 75 cursos com carga horária de aproximadamente 30 horas cada. Na continuidade dessas ações, a partir dos resultados já alcançados, está prevista a ampliação do conteúdo das atividades de qualificação para gestão e administração de empreendimentos agroindustriais, comercialização, educação ambiental, atualização tecnológica e associativismo/corporativismo.

“...o despertar para uma nova vida.”

Em Araguainha, município estagnado economicamente, no Estado de Mato Grosso, o *Planejamento Municipal de Atividades Sustentáveis*, projeto ligado ao Programa Qualificar, desenvolveu ações de qualificação e desenvolvimento estratégico. Procurando fortalecer alguns segmentos organizados da sociedade local, estimulou o associativismo e a formação de cooperativas de produção.

Executado pela PROCEDE- Cooperativa de Trabalho dos Profissionais do Ensino Não- formal, o projeto envolveu ações de planejamento de atividades sustentáveis com a participação da população nas decisões do desenvolvimento do município, utilizando metodologia que estimula essa participação e que capacita os diferentes grupos para o planejamento de atividades coletivas e associativas. Vale lembrar que o município de Araguainha faz parte do Programa Comunidade Solidária, por ser considerado de alto índice de pobreza.

Entre as alternativas estabelecidas nesse planejamento está a criação de indústrias de produtos de higiene e limpeza, embutidos, defumados, doces e conservas (alternativas em longo prazo). O planejamento de comercialização de produtos agropecuários (arroz, leite e derivados) definiu ações de curto prazo. Após a execução desse projeto, em 1998, a PROCEDE manteve assessoramento eventual, no encaminhamento e elaboração de projetos e propostas de interesse da comunidade.

As mulheres: discriminadas, em situação de risco social, desempregadas

Doze projetos foram desenvolvidos com o propósito de atingir diretamente grupos e comunidades de mulheres, carentes de capacitação e de inserção no mercado de trabalho. Destacaram-se como sede dessas experiências os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Acre, Bahia, Minas Gerais e Amapá.

As ações previstas em seus Planos Estaduais de Educação Profissional atingem detentas, cozinheiras, mães de meninos de rua, costureiras, parteiras, prostitutas, artesãs e diversos grupos de mulheres que, como a maioria, necessitam de capacitação para o desenvolvimento de atividades geradoras de renda e, em muitos casos, de complementação da renda familiar.

“...maior qualidade na milenar profissão de partejar.”

Resgate e Valorização das Parteiras Tradicionais Indígenas é uma das experiências inovadoras mais conhecidas. Desenvolvida no Amapá, voltou-se para a capacitação de mulheres parteiras tradicionais de vários municípios do Estado. O objetivo foi o de melhorar a qualidade da assistência ao parto domiciliar, possibilitando assim a elevação da qualidade de vida, a humanização do nascimento e a redução da mortalidade materna e o tétano neonatal. A capacitação foi concebida dentro de uma visão de integridade da saúde, tratando

dos direitos reprodutivos, da segurança e da competência na “arte de partejar”. Cuidou-se ainda de difundir a experiência com a elaboração de material educativo para toda a população.²⁶

O Centro Ativo de Integração do Ser - CAIS do Parto, foi o órgão executor do projeto. Os cursos ministrados foram realizados em parceria com a UNICEF, a Secretaria Estadual de Saúde, Coordenação de Articulação com ONGs e com a Secretaria Estadual do Trabalho e Cidadania.

Esse projeto também valorizou o resgate de práticas populares tradicionais, desta vez na área da saúde. Aprimorando os costumes e as “artes”, proporcionou às comunidades do Estado: o intercâmbio de experiências e conhecimentos na prática de exercícios, teóricos e físicos, trabalhando o equilíbrio mente e corpo. No ano de 1997 foram treinadas 202 parteiras dos municípios de Oiapoque, Amapá e Laranjal do Jari, estendendo-se depois para os municípios de Vitória do Jari, Calçoene, Pracanuba e Tartarugalzinho.

“...sem esquecer a tradição.”

Em Salvador, Bahia, concretizou-se também uma experiência de muito impacto e repercussão pública: o *Programa Baianas de Acarajé e de Mingau*. Com presença marcante no comércio varejista de alimentação, como vendedoras autônomas, as baianas mobilizam milhares de pessoas do município, envolvidas na confecção e comercialização de seus produtos. Foram qualificadas em habilidades de gestão, cultura baiana, associativismo, qualidade de produto, higiene e manipulação de alimentos, segurança do trabalho e noções de inglês.

Voltado para a criação de condições de competitividade e para organização de atividade econômica desenvolvida no mercado informal, o programa foi elaborado com o objetivo de reorganizar, reestruturar e modernizar a atividade de produção comercial das baianas de acarajé e de mingau, “sem esquecer a tradição, que qualifica e legitima a realização da produção”.

Sua execução foi viabilizada pelas parcerias com a Prefeitura Municipal de Salvador, o Banco do Nordeste, a Universidade Federal da Bahia- UFBA e a Empresa de Turismo de Salvador. Deve-se destacar a preocupação com a padronização de equipamentos e vestes tradicionais utilizadas pelas baianas e o apoio organizacional, financeiro e gerencial às associações representativas da categoria.

A primeira experiência capacitou 60 baianas, em 1998. Para o ano de 1999 a previsão era qualificar, ao longo do ano, 2 000 baianas.

No município de Belo Horizonte, Minas Gerais, o Instituto de Promoção Social e Humana Professor Darcy Ribeiro e o Sindicato das Costureiras de Belo Horizonte

²⁶ O acervo de documentos do NID/SPPE dispõe de fotografias que registraram alguns momentos da execução dessa experiência.

deram execução ao projeto *Valorização da Mulher*. Iniciado em 1997 o projeto qualifica e requalifica trabalhadoras da indústria de confecção, onde são majoritárias mulheres negras, de baixa escolaridade e reduzido nível de rendimentos.

A elevação de conhecimentos e habilidades eleva suas chances de sobrevivência num mercado em plena transformação. Os cursos ministrados de corte e costura, desenho e linguagem de moda, formação complementar, modelagem e serigrafia já beneficiaram mais de 6 000 pessoas. Merece destaque a metodologia utilizada, que introduziu o desenho e a linguagem da moda, além de disciplinas como o francês e a matemática nos cursos de corte e costura.

Relatam os executores do projeto que as primeiras turmas foram compostas por clientela específica de mulheres, prostitutas: "... eram as mulheres de vida fácil ou profissionais do sexo como se autodesignam, em vários cursos. Esta clientela não só teve oportunidade de conviver sem constrangimento com donas de casa, adolescentes e idosas como concretizar o sonho de uma nova profissão."

O projeto acabou sendo ampliado para outros segmentos da população, socialmente discriminados, envolvendo parcerias com muitas associações e entidades de ação comunitária.

Encerrando os exemplos que demonstram a diversidade das ações e dos caminhos explorados nessas iniciativas, devemos lembrar a experiência *Mulher Cidadã*, que teve lugar no Rio Grande do Norte, empenhada na criação e implantação de um espaço equipado adequadamente para abrigar mulheres que foram habilitadas nas atividades de manicure, cabeleireira e depilação. O projeto possibilitou o exercício dessas profissões, de forma cooperativada, assegurando treinamento a outras mulheres interessadas na execução desses serviços.

Também merece referência o projeto *Mulheres Taxistas*, realizado em Fortaleza, Ceará, que formou mulheres taxistas para o turismo, preparando-as em cursos de atendimento ao público, direção defensiva, segurança e saúde no trabalho.

Trabalhadores que combatem a violência

Chama a atenção de quem analisa o conjunto dos projetos inovadores a presença marcante e, de certo modo, inesperada de algumas clientelas, selecionadas como segmento da população economicamente ativa, carentes de ações de capacitação e de educação profissional. Conhecendo o teor dessas realizações facilmente se revelam as razões essenciais de sua condição emergente.

É o caso, por exemplo, de policiais civis e militares e de servidores de delegacias e órgãos de segurança pública. Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraná e Santa Catarina apontaram o tratamento dessa questão entre seus projetos inovadores.

“...visando a humanização.”

A qualificação de policiais e agentes que atuam na área da segurança pública foi objeto de onze projetos inovadores. Tratando da capacitação para a segurança no turismo e em grandes eventos populares (como o Carnaval em Salvador), para o combate à violência e ao turismo sexual, para o policiamento comunitário, para a atualização de conhecimentos em direitos humanos visando novas atitudes, esses projetos reafirmam sua condição de apoio à sociedade civil no encaminhamento de soluções para algumas de suas questões sociais mais graves.

Para ilustrar, apontamos aqui o projeto *Capacitação de Servidores em Delegacias sobre Violência contra Mulheres*, que teve sua execução em diversos municípios do Estado da Paraíba.

Além da capacitação de habilidades específicas, promoveram-se articulações entre delegados e técnicos das delegacias da mulher, existentes no estado, recuperando a história e o processo de formação de cada uma das delegacias no contexto municipal. Os órgãos públicos e a sociedade foram mobilizados. A intenção: desenvolver metodologias e técnicas para registro e análise da violência contra a mulher, o conhecimento de fundamentos teóricos sócio- antropológicos sobre violência, o levantamento de demandas de qualificação e, finalmente, a elaboração de um plano de capacitação.

Estiveram envolvidos no projeto, como executores, a Universidade federal da Paraíba - UFPB e a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado.

Um quadro-resumo relativo às clientelas destacadas nas experiências inovadoras pode ser apresentado da seguinte forma:

Clientela	Nº de Projetos Desenvolvidos
Comunidades indígenas	07
Artesãos	24
Portadores de deficiências	10
Jovens em situação de risco social	24
Trabalhadores e produtores rurais	14
Mulheres em situação de risco social	12
Policiais e segurança pública	11
Total de projetos:	102
Total de projetos inovadores:	187

3.2. Elementos de avanço conceitual e indicativos de tendências

Na impossibilidade de descrever com maiores detalhes todas as experiências de qualificação profissional que foram apontadas como inovadoras, alguns destaques serão apresentados nesta seção.

Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, não se trata de apresentar as “melhores” ou as mais “importantes” experiências inovadoras, nem de apontar os estados brasileiros vistos como os “mais inovadores”, mas de ilustrar o processo de redefinição das práticas de educação profissional em nosso país, desencadeado pelo PLANFOR. Entenda-se por isto a escolha de experiências que possuem características ou particularidades capazes de indicar formas e possibilidades de trabalho, condicionadas pelas realidades locais, revelando resultados muitas vezes imediatos, trazendo em seu bojo elementos de avanço que estão sendo formulados e experimentados nas diversas unidades da Federação.

A tentativa, portanto, é a de elencar um conjunto de exemplos que produzam um retrato das várias faces que o propósito de inovação vem assumindo no quadro mais amplo da diversidade das regiões brasileiras, considerando variáveis de natureza social, econômica, cultural, educacional e tantas outras que estejam presentes nos diagnósticos extraídos das análises de demanda, que se encontram na base dos planos estaduais de educação e qualificação profissional. O leitor encontrará exemplos de trabalho de extrema simplicidade, singelos pode-se dizer, mas de impacto e significado profundos nas pequenas comunidades para as quais foram produzidos. São os novos modelos de ação coletiva que emergem, são as novas atitudes e práticas sociais “inventadas” diante de transformações em pleno processo, no mundo da produção e do trabalho²⁷.

No Estado de SANTA CATARINA duas realizações podem ser apontadas como exemplos capazes de transmitir o espírito de trabalho que preside as iniciativas de inovação.

O primeiro deles é o projeto *Mulher em Movimento*, experiência que revela a prioridade atribuída por diversas unidades da federação às ações voltadas para os assentamentos e as comunidades rurais, procurando atingir populações que se encontram em crítica situação econômica e social, dado o processo de concentração urbana e de esvaziamento das áreas rurais. Esse processo, evidentemente, carrega consigo conseqüências que cada vez mais comprometem a produtividade dessas áreas e as possibilidades de manutenção das comunidades num patamar mínimo de acesso a conhecimentos, bens e recursos

²⁷ Lembre-se que essa escolha também esteve condicionada, em certos momentos, à disponibilidade de documentos e informações sobre o trabalho realizado. Houve casos em que, apesar da magnitude da experiência, não foi possível trazê-la como destaque pela falta de material complementar necessário à sua descrição mais detalhada. No momento de coleta de dados para a produção deste volume o acervo do NID-Núcleo de Documentação e Informação da SPPE estava em pleno processo de organização.

de todo o tipo, a partir dos quais possam superar sua condição de extrema desvantagem e viabilizar sua permanência na área rural.

Mulher em Movimento articulou-se ao Programa Nacional de Qualificação de Trabalhadores em Assentamentos e Comunidades Rurais, voltando-se principalmente para a clientela das mulheres agricultoras, com a finalidade de criar condições para a sua inserção no mercado de trabalho (formal e informal) e de capacitá-las para o trabalho associativo.

A área de abrangência para a execução do projeto englobou 28 municípios. Iniciado em março de 1997, foi concebido pela Coordenadoria Regional do Alto Vale do Itajaí, como trabalho de ação continuada, envolvendo a participação da UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina e as parcerias das primeiras damas dos municípios envolvidos.

Surgiu da constatação de que, nos vários programas mantidos pelo Governo do Estado na região, a presença da mulher como objeto de atenção era pouco expressiva. Observou-se principalmente que sua participação se limitava a atividades “com poucas perspectivas de ascensão social, tendo como principal causa a falta de qualificação profissional, gerando com isso uma série de outros problemas no âmbito familiar, afetivo e pessoal.”²⁸

Nesse sentido ficam claras as intenções que assinalam a concepção e a execução do projeto, quando se explicitam os objetivos das ações de capacitação voltadas para a sua participação na renda familiar, sua independência econômica, sua realização profissional e seu crescimento pessoal.

“Não víamos nos cursos do Conselho Municipal do Trabalho e Emprego a presença feminina de forma significativa, e quando isso ocorria, era apenas mais um curso sendo preenchido como resultado pouco produtivo. Era preciso inovar, despertar a mulher para o mundo, motivar e se unir num propósito único, o de geração de renda. Hoje fortalecidas e com o movimento crescendo a cada ano (...) a mulher do Alto Vale do Itajaí vem sendo geradora de renda e agente de transformação na melhoria da qualidade de vida, o que justifica a continuidade desse movimento, mesmo porque não seria mais possível terminá-lo.”²⁹

Foram estabelecidas três etapas para o desenvolvimento do projeto: Mulher Consciente, Mulher Capacitada e Mulher Ativa. Cada uma delas, respectivamente cumpre as seguintes funções:

²⁸ Informação extraída do documento “Projeto Mulher em Movimento”, que apresenta os dados fundamentais da experiência e descreve suas características, metodologia e resultados. Arquivo da FLACSO/ Documentos do Projeto REPLANFOR.

²⁹ *idem*, p 1.

Consciência

A finalidade é estimular e motivar as mulheres para traçar metas e objetivos que as tornem cidadãs economicamente ativas, geradoras de renda. Por meio de um Encontro, com carga horária de dez horas, realizado sempre no Dia Internacional da Mulher, reúnem-se mulheres de todas as classes sociais. Nele são realizados depoimentos, palestras e debates. Complementam os trabalhos exposições que tratam da conjuntura política e econômica, tratando da globalização e de seus resultados, entre os quais a urgência de qualificação profissional.

Ao longo do ano os encontros ocorrem em grupos menores, nos municípios, sob a coordenação das primeiras damas parceiras do projeto.

Capacitação

A finalidade é promover cursos e ações que assegurem o seu ingresso no mercado formal e informal. Os cursos são definidos pelo Forum Feminino, realizado em cada município, onde são ouvidas as lideranças femininas que apresentam as demandas locais, as áreas mais favoráveis para projetos de geração de renda e as habilidades que devem ser alvo dos trabalhos de qualificação.

Como já se disse, para a clientela dos cursos definiu-se como prioridade a mulher agricultora que, de todas, foi a mais esquecida e a que tem as menores oportunidades. Para essas mulheres, as atividades são programadas de modo a conciliá-las com o período da safra agrícola.

Ação

Constitui a etapa em que a mulher já inicia suas atividades de geração de renda, mesmo que ainda de modo informal. Nesse momento do trabalho são desenvolvidas várias atividades, como exposições dos produtos, encontros, orientações para a formação de cooperativas. Um dos desdobramentos que merece referência foi o Primeiro Encontro de Multiplicadores, ocorrido em Florianópolis, voltado para estudo sobre cooperativas de produção, agregando elementos do setor de turismo, já viabilizado na região.

Apenas no ano de 1988 já haviam sido beneficiadas 3 160 mulheres, a maioria com família constituída, pertencente às camadas sociais mais carentes (cerca de 90%) e com baixa escolarização, 70% delas com primeiro grau incompleto. Registre-se a previsão, para 1999, de qualificar mais 5000 mulheres.

Ainda sobre essas ações e seus resultados há ainda alguns aspectos para os quais é preciso chamar a atenção. Em primeiro lugar, o fato de que todos os cursos de capacitação foram realizados junto às comunidades de origem dos participantes, acompanhados e orientados por professores e técnicos.

Além disso, é essencial a referência a resultados importantes como os esforços para a criação da Organização MULHER EM MOVIMENTO e os estudos realizados para tornar auto-sustentáveis muitas das atividades envolvidas pelo projeto, por meio da criação das Cooperativas de Produção.

O Programa *SOS Costa Leste* foi realizado em sua fase piloto em 1998, centrando-se na ação comunitária. Qualificou empresários, trabalhadores, pescadores e desempregados do município de Florianópolis, capital do Estado. Entre seus objetivos esteve o resgate das tradições culturais presentes no artesanato, folclore, culinária, pesca, arquitetura, linguagem, hábitos e em tantos outros aspectos que resgatam e valorizam uma cultura de base açoriana. O fortalecimento e o resgate dessas tradições dirigiu-se para ações de qualificação dirigidas para a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho do setor turístico e para o fortalecimento da consciência ambiental relativa à ecologia do Leste da Ilha de Florianópolis.

As comunidades envolvidas no programa foram: Lagoa da Conceição, Barra da Lagoa, Canto da Lagoa, Porto da lagoa, Costa da Lagoa, praia Mole, Joaquina e Rio Tavares.

Levando em conta as possibilidades de aproveitar as demandas do turismo na região, foram desenvolvidos cursos de qualificação que preparavam cozinheiros, taxistas, garçons, copeiros, gerentes e recepcionistas de hotel, além de estimular a criação de cooperativas de pesca artesanal e de artesanato, voltadas principalmente para o desenvolvimento de comunidades capazes de alimentar o mercado gerado pelas necessidades de atendimento aos turistas.

O trabalho envolveu diagnósticos e análises que fundamentassem a aplicação dos objetivos do programa em diferentes comunidades com traços culturais que caracterizam o “mosaico cultural catarinense”, e que dessem respaldo à concepção e execução dos cursos, principalmente no que se refere às possibilidades de geração de renda e de empregabilidade imediatas. Nesse sentido foi fundamental para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e da Família a realizar as parcerias com a Fundação de Pesquisa do Centro Sócio-Econômico de Santa Catarina- FEPESE, com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária- FEPEU e com o Instituto Treinar (ONG). Vale lembrar aqui a promoção de várias parcerias “operacionais” que mobilizaram diversas instituições locais ou estaduais³⁰ e de entidades comunitárias do sistema lagunar da Lagoa da Conceição.³¹

³⁰ Federação das Associações Profissionais de Artesãos de Santa Catarina- FAPASC, EPAGRI, RECREARTE, UFSC, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, ACIF/LAGOA, Fundação Franklin Cacaes.

³¹ Sociedade Amigos da Lagoa- SAL, Amola, Fundação da Lagoa, Centro Comunitário da Barra da Lagoa, Delegacia de Polícia da Barra da Lagoa, Cooper Barco, SOS Praia Mole, e entidades comunitárias da Costa da Lagoa.

Formulando uma intervenção para uso e manejo corretos do acervo cultural, natural, paisagístico e turístico da região, o programa estabelecia como procedimento metodológico essencial o envolvimento das comunidades e a realização de ações coletivas.

A envergadura dos propósitos e a amplitude das ações previstas podem ser medidas pelo restante dos objetivos estabelecidos: mapeamento natural-paisagístico, da infra-estrutura turística e da cultura de base açoriana, todos voltados à elaboração de diagnósticos das comunidades envolvidas³²; desenvolvimento da consciência de cidadania por meio da participação das comunidades na definição dos projetos fundamentais de trabalho; identificação do potencial arquitetônico visando a preservação da arquitetura típica; retomada da prática do artesanato açoriano; desenvolvimento do associativismo e de cooperativas de produção.

Dado o número de parceiros que o programa conseguiu envolver e o quadro global dos objetivos traçados foi necessário criar grupos especializados de parceiros institucionais para otimizar os trabalhos de planejamento e execução. Foram assim constituídos: grupo de acervo histórico- arquitetônico, grupo de artesanato, grupo de turismo e o grupo de apoio ao desenvolvimento comunitário. Todos elaboraram análises técnicas e propostas de ações.³³

Consolidadas e desenvolvidas as metodologias de trabalho, testadas em campo, a experiência será estendida para outras comunidades do Estado de Santa Catarina, interessadas em “ampliar suas alternativas de trabalho e renda através do resgate e valorização da cultura, turismo e desenvolvimento das comunidades”.³⁴

No Estado do RIO DE JANEIRO, o *Curso para Técnicos de Espetáculos de Diversões* foi criado num dos maiores e melhores teatros da cidade do Rio de Janeiro, o Teatro Odylo Costa, filho, envolvendo a parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ.

A demanda por mão de obra especializada em espetáculos de diversões, especialmente no âmbito da produção teatral, foi identificada: “a rapidez com que esses profissionais vêm desaparecendo do mercado torna urgente a criação de

³² Dados sobre o mapeamento realizado podem ser acessados pela Internet, na *homepage* do Instituto Treinar: <http://www.institutotreinar.com.br>.

³³ Informações mais detalhadas sobre a metodologia de trabalho podem ser encontradas no documento “Programa SOS Costa Leste. Síntese Preliminar de Atividades Desenvolvidas 1998”, que apresenta os dados fundamentais da experiência e descreve suas características, metodologia e resultados. Arquivo da FLACSO/ Documentos do Projeto REPLANFOR.

³⁴ Informação extraída do documento “Programa SOS Costa Leste. Síntese Preliminar de Atividades Desenvolvidas 1998”.

cursos de qualificação.”³⁵ Por outro lado, foi considerada fundamental, como novo elemento de demanda, a emergência de um mercado de trabalho surgido a partir da “consolidação das grandes emissoras de televisão com suas cidades cenográficas e o desfile das escolas de samba, que consomem um significativo número de profissionais técnicos do grande espetáculo. (...) a iniciativa coloca a UERJ e o SEAS/SINE-RJ num momento de pioneirismo e fortalecimento da nossa cena espetacular. Cena que se renova a partir de sua prática e da reflexão sobre o fazer artístico, proposta principal de nosso programa.”³⁶

Prova das possibilidades de inserção em curto prazo no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, de busca de alternativas de profissionalização foi a enorme procura dos cursos, no período das inscrições. Tanto que, dos 100 alunos inscritos, 75 ficaram sob a responsabilidade do SINE e 25 da UERJ, que decidiu tomar para si a responsabilidade deste excedente. em função da enorme procura.

Os cursos oferecidos (quatro meses, com aulas diárias que ocupam todo o período da tarde) foram programados com o propósito de integrar a qualificação para as habilidades básicas, as habilidades de gestão e as habilidades específicas nas seguintes especializações: auxiliar de carpinteiro teatral, auxiliar de eletricista de espetáculos, auxiliar de técnico de som, auxiliar de maquinista cênico e auxiliar de pintor cênico. Todos os cursos abordam Língua Portuguesa e Interpretação de textos, Cidadania e Política, Saúde e Segurança do Trabalhador, História das Artes Cênicas, Gestão, Matemática e Desenho Básico, além de oferecer aulas de Espanhol e de Inglês, onde se trabalha vocabulário básico com a finalidade de facilitar a leitura de manuais de instrução de equipamentos, catálogos de materiais e o conhecimento de novas técnicas em publicações especializadas.

Algumas medidas de apoio aos alunos foram definidas previamente: o direito a lanche diário e vale- transporte; aquisição gratuita de material didático, camisetas e crachás; e o direito a seguro contra acidentes. O certificado de frequência e aproveitamento é expedido pelo SINE e, para os melhores alunos, o Sindicato dos Artistas e Técnicos de Diversões fornece o registro provisório de auxiliar técnico.

De acordo com uma primeira avaliação feita pelos executores do projeto, é importante mencionar, entre outros aspectos, o baixíssimo índice de evasão e a qualidade média de desempenho dos alunos. A produção prática “foi de grande qualidade, muitas vezes indo além do objetivo da formação de auxiliares técnicos. Alguns de nossos alunos apresentaram um aproveitamento que os coloca em condições de, muito em breve, assumirem a responsabilidade por seus trabalhos”.³⁷

³⁵ Informação extraída do documento “Curso para Técnicos de Espetáculos de Diversões”, elaborado pela UERJ, 1998. Arquivo da FLACSO/ Documentos do Projeto REPLANFOR.

³⁶ Idem.

³⁷ Na mesma linha de ação e atendendo ao mesmo tipo de demanda do mercado, convém mencionar o trabalho da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ e da Fundação Bio-Rio, que atuaram como

No AMAZONAS a experiência inovadora *Formação de Mensageiros* voltou-se para a clientela dos jovens em situação de risco social. Expressa com clareza os enfoques de trabalho que caracterizam as ações de educação profissional para esse segmento da população brasileira, contemplado como prioridade nos planos estaduais de qualificação.

São jovens oriundos de bairros muito pobres, de famílias carentes, excluídos de todo e qualquer sistema de proteção social. São também jovens amparados por institutos e fundações³⁸ que trabalham com meninos e meninas de rua, cuidando de sua assistência e promoção sociais.

O Curso *Formação de Mensageiros* definiu como ementa do projeto:

“Os participantes terão conhecimento das características de comportamento adequado ao ambiente de trabalho. Relacionamentos profissionais e a prática da comunicação no local de trabalho. Conhecerão as atividades relativas ao cargo de mensageiro, específicas e não específicas de suas responsabilidades e seu compromisso com a empresa, com os colegas e com o cliente”.³⁹

Esse conjunto de conhecimentos é fundamentado por uma concepção pedagógica que objetiva a construção da cidadania (direitos e deveres) e o aprimoramento da higiene pessoal e da boa apresentação.

Utilizando o padrão adotado na maior parte das ações desse tipo, o curso foi estruturado em módulos de habilidades básicas e habilidades específicas, ministradas a partir de técnicas de dinâmica de grupo, sensibilização de ludopedagogia, relações humanas e interpessoais. Nesse último tópico, o trabalho dá ênfase ao relacionamento familiar, estimulando relações cordiais:

“No início alguns alunos, inclusive as meninas, não aceitavam sequer um afago em suas cabeças. Mais ou menos três ou quatro dias depois do início do curso, eles nos procuravam e sempre davam um jeito de estarem bem próximos.”⁴⁰

Em 1998 foi beneficiado um conjunto de 12 turmas, totalizando 480 adolescentes.

parceiros da SETRAS e do SINE/RJ no desenvolvimento de projetos voltados para a cultura e a comunicação. Arelados ao Programa Nacional de Serviços Pessoais foram estruturados os cursos para qualificação para: Formação de Instrutores de Dança de Salão, Básico de Cenotécnica Teatral e Confecção de Adereços e Indumentária. Para informações detalhadas ver dossiê que reúne textos didáticos e documentos iconográficos que registram a produção dos alunos. Arquivo FLACSO/ Projeto REPLANFOR.

³⁸ No caso dessa experiência desenvolvida no Estado do Amazonas, são amparados pelo IEBEM/FUNDACOM, parceiros de FIEAM/DAMPI/SETRAB.

³⁹ Informações extraídas do relatório “Ação: Formação de Formadores”, ilustrado. Arquivo FLACSO/ Projeto REPLANFOR.

⁴⁰ Idem.

No Estado de RONDÔNIA, o curso de *Fabricação de Papel Artesanal* foi realizado em parceria com o SENAR. As ações de qualificação foram dirigidas para produtores rurais maiores de 14 anos, em atividade escolar.

Em síntese, o curso preparou os alunos para a fabricação de objetos como abajures, porta- lápis, cadernos, agendas, cartões, envelopes, pranchetas, pastas para documentos, todos feitos com fibras vegetais extraídas da flora local, abundantes na região: bambu, arroz, espada de São Jorge, sisal, bananeira, coroa de abacaxi. Da mesma forma produziram-se os corantes necessários, aproveitando os recursos naturais existentes de frutos, sementes, cascas e folhas: urucum, erva- de- passarinho, casca de cajueiro, casca de jenipapo, cebola, grãos de café e folhas de língua de vaca, entre outros.

O desenvolvimento da habilidade para a fabricação desses produtos não se restringiu apenas às técnicas de preparo do papel, que compuseram o conteúdo programático das aulas práticas. As aulas teóricas, que também totalizaram a carga horária de 20 horas, tratavam de temas que possibilitavam ao aluno um entendimento global da atividade que passava a executar. Assim, foram preparados com conhecimentos sobre a história do papel, os diversos processos de sua fabricação, questões relativas à comercialização, aspectos da reciclagem do papel, noções de química, problemas com produtores químicos e legislação ambiental.

É evidente, nessa experiência, a preocupação com a conscientização ecológica do homem do campo e com a orientação complementar, visando sua capacidade para comercializar a própria produção.

Operação e Manutenção de Motosserra foi outro dos cursos desenvolvidos em parceria com o SENAR/RO, no Estado de Rondônia, também voltado para o aproveitamento dos recursos naturais abundantes na região, com orientação para a preservação do meio ambiente. Nesse caso, voltou-se para o aperfeiçoamento de atividade que já era realizada anteriormente - a exploração de madeira - promovendo a utilização de técnicas de melhor aproveitamento, evitando o desgaste de materiais de uso permanente.

A inovação apontada está no desenvolvimento de algumas peças básicas: cantoneira, encaixe de cantoneira e peças complementares (foto nº...) A cantoneira, peça fundamental, torna-se apoio correção para que, em aproximadamente dois minutos, seja retirada da tora de madeira uma tábua, semipronta, de pelo menos 5 milímetros por 3 metros. O resultado do uso de instrumentos tão simples e práticos é a economia do combustível utilizado na operação do equipamento, em decorrência da diminuição do tempo gasto na obtenção das tábuas.

As famílias da área rural beneficiaram-se imediatamente dos resultados do curso, que possibilitou a construção de inúmeras moradias, além de móveis e utensílios.

O Estado da PARAÍBA desenvolveu, em 1998, o *Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos – PAJAS*. Esse trabalho foi selecionado como um dos cinco melhores na categoria Instituições sem Fins Lucrativos do Prêmio Educação para a Qualidade do Trabalho, do Ministério da Educação e do Desporto- MEC. O prêmio foi criado para estimular ações na área pública e privada que se voltem para eliminar o analfabetismo, ampliando o alcance da educação fundamental.

O PAJAS, executado pela Associação Serviço de Educação Popular- SEDUP, realiza-se em comunidades rurais e urbanas. O objetivo é ensinar a ler e escrever, “despertando o senso crítico de forma construtiva”.

Uma das características essenciais do método de trabalho é a utilização de jogos de fichas de leitura e exercícios de fixação, que permitem trabalhar com turmas de alunos que apresentem diferentes níveis de aprendizagem. Dessa forma, “enquanto alguns alunos da turma estudam com determinadas fichas o alfabetizador pode trabalhar oralmente com outro grupo de alunos que esteja em outra fase de aprendizagem”.⁴¹ Tudo indica que o método é responsável pela diminuição do índice de evasão, uma vez que favorece aqueles alunos que possuem ritmo mais lento de aprendizagem pois, em sistemáticas convencionais, costumam sentir-se desestimulados pelas dificuldades de acompanhar o resto da turma.

Esse programa de alfabetização, desenvolvido na área rural, junto a assentamentos e comunidades, foi um dos seis ganhadores do Prêmio Especial Paulo Freire.⁴² O crescimento do número de áreas assentadas pelo INCRA na região do brejo paraibano tornou imperiosa a necessidade de requalificação de mão de obra. Cortadores de cana-de-açúcar, trabalhadores alugados e sem-terra passaram para a condição de pequenos produtores rurais, apresentando grande demanda para atendimento em qualificação profissional e em programas de geração de renda.

A Associação SEDUP articulou o Programa de Alfabetização com o Programa de Geração e Renda, redimensionando-o para atender trabalhadores rurais assentados. Cursos de associativismo, cooperativismo, gestão para pequenos produtores, cursos técnicos de caprinocultura, fruticultura, horticultura, entre outros, foram oferecidos conforme as necessidades locais.

Em RORAIMA o projeto *Centros de Produção Comunitária* teve como objetivo estimular, de forma associativa, a geração de trabalho e renda orientada para a criação de futuras micro e pequenas empresas.

⁴¹ *Recriar*. Publicação da SEDUP, dezembro, nº 2.

⁴² Prêmio resultante de convênio entre Fiesp, CNI/Sesi/FAT e Fundação Roberto Marinho.

Como parceiros, coordenados pela Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social- SETRABES, atuaram o SENAI, o SEBRAE, o SENAR e o Banco de Roraima- BANER, este como agência de fomento.

O projeto dos centros comunitários foi implantado em 1996, criando linhas de produção e geração de renda a pessoas excluídas do mercado formal com a finalidade de realizar atividades produtivas rentáveis, com padrão de qualidade elevado e custos abaixo dos praticados no mercado local.

Os associados aos centros, com financiamento do governo estadual, receberam espaço físico, mobiliário, kits de costura industrial e equipamentos para a execução de doces artesanais fabricados com frutas regionais. Participando dos cursos de capacitação e aperfeiçoamento, foram qualificados de modo a exercer suas atividades de forma associativa, na perspectiva de futuras micro e pequenas empresas. Os treinamentos foram concentrados principalmente no setor de confecção, com produção de uniformes escolares, roupas hospitalares e enxovais para bebê.

A produção que resulta dessas atividades é adquirida pelo Governo que a distribui entre os hospitais e escolas da rede pública. Vale lembrar que a iniciativa significou um aquecimento da economia local, o que levou à projeção, para o ano de 1999, de uma Central de Comercialização e da criação de novos centros, conforme a vocação da região e as necessidades do mercado. Até o final de 1998, dezessete centros haviam sido implantados no estado, tendo gerado renda e trabalho para 120 pessoas e qualificação para todos os associados.

Prática de Banda foi o mais antigo dos projetos inovadores desenvolvidos no PARÁ. Estabeleceu como objetivo “a manutenção da tradição das bandas de música nas cidades interioranas, através da qualificação e do aperfeiçoamento profissional de jovens em situação de risco e adultos, além do desenvolvimento de sua sensibilidade para a música.”

A falta de acesso aos bens culturais foi considerada a principal carência do músico paraense do interior do Estado. O convênio com a Fundação Carlos Gomes, vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, viabilizou a primeira tentativa profissionalizante no campo do ensino musical, qualificando, num primeiro momento, cerca de 900 pessoas.

Quatro cursos fundamentais, ministrados de modo integrado com o ensino coletivo de instrumentos de sopro e percussão, compõem o método⁴³ utilizado para a qualificação e o aperfeiçoamento profissional dos componentes das bandas: Musicalização (iniciantes); Prática de bandas (iniciados); Concerto e manutenção de instrumentos (músicos profissionais); e finalmente, Formação de formadores em educação musical.

⁴³ Método Joel Barbosa, estruturado especificamente para a formação de bandas.

A consequência imediata dos trabalhos é o aperfeiçoamento técnico e artístico das bandas, o aprimoramento da qualidade de suas apresentações, a ampliação de suas oportunidades de trabalho, inclusive fora do estado. Como exemplo foi destacada a atuação da Banda Wilson Fonseca, de Santarém, que recebeu o Prêmio Nacional de Cultura 98, na categoria Arte Popular.

4. Construindo a memória da ação

4.1 A importância da memória técnica na concepção e na implantação de políticas públicas

A expressão *memória técnica*, no senso comum, significa a reunião de registros e de informações sobre um determinado “know-how”, um “saber fazer”. Nesse sentido, associa-se principalmente aos conhecimentos e recursos gerados para a produção de tecnologias.

A memória técnica é geralmente reunida com a finalidade de apoiar o desenvolvimento desses saberes dos próprios grupos de pessoas que os produziram. Eventualmente acrescenta-se o propósito de transferi-los a outros grupos ou comunidades especializadas.

Esse significado reflete aspectos essenciais que caracterizam a sociedade contemporânea, especialmente no que diz respeito à posição que a tecnologia ocupa e ao papel que o desenvolvimento tecnológico desempenha na vida de todos nós. Não se pode esquecer que é a partir disso e do caráter transnacional das tecnologias de produção e de informação que se estabelecem novos sistemas de dependência, novos mecanismos de divisão internacional do trabalho e, finalmente, novas situações de exclusão social, para aqueles que não têm acesso ou qualificação para o exercício de atividades e funções que implicam a criação de métodos, de processos, ou a gestão de tecnologias.

Por outro lado, compreendida assim, a memória técnica expressa uma separação equivocada entre o que é técnico e o que é científico, entre o técnico e o administrativo, o cultural, o político e assim por diante.

Na verdade, a construção de uma memória técnica é tarefa muito mais ampla. O *saber fazer* pode referir-se a processos complexos, desenvolvidos no âmbito social, sem estar restrito a conhecimentos específicos de uma técnica ou tecnologia determinada. Este é o caso do PLANFOR e das experiências inovadoras realizadas no Brasil, como forma de avançar no processo de ajuste social e político às transformações da produção e do mundo do trabalho.

O fato é que temos a tendência para acreditar que a implantação de uma política pública não constitua objeto de um trabalho cuidadoso e sistemático de organização de suas informações no sentido de revelar técnicas de trabalho, concepções, metodologias, modos de encarar o corpo social.

No entanto, são exatamente as políticas públicas que, ao serem concebidas e implantadas, revelam as escolhas sociais e as opções políticas que se fizeram para o corpo social. Preservar e organizar a memória técnica do processo de construção e implantação de uma política pública significa estar mantendo como

patrimônio a ser utilizado por toda a sociedade a escrita do Estado, feita ou não com a participação da sociedade.

4.2 Descrição do banco de dados

Seu conteúdo básico, em banco de dados (Microsoft Access), é o registro das experiências inovadoras, já cadastradas e descritas pelo MTE/SPPTE/ NID, podendo ser atualizado permanentemente.

Portanto, o CADASTRO DE EXPERIÊNCIAS está aberto à inclusão de novos registros. Pode ser utilizado para cadastrar iniciativas locais, independentemente de seu caráter inovador, possibilitando uma recuperação mais rápida das informações essenciais sobre as condições de sua realização (data, local, título, executores, etc) e sobre suas características fundamentais de conteúdo como o resumo descritivo, a especificação do segmento econômico em que se inseriu, a clientela atingida, os produtos gerados, as metas atingidas.

A PESQUISA DE EXPERIÊNCIAS possibilita que se localize a atividade, ou conjunto de atividades, conforme interesses específicos. É possível, por exemplo, que se queira localizar todas as experiências desenvolvidas para capacitação de mulheres, na área de saúde, nos estados do NE; ou então, proceder a uma pesquisa específica sobre capacitação desenvolvida no segmento econômico extrativismo, mas apenas aquelas que visavam a produção para o artesanato. E assim por diante.

Localizada(a) a(s) informação(ões), visualiza-se imediatamente uma lista resumida dos registros encontrados. Selecionando aqueles que interessam, dá-se o acesso à ficha completa do(s) registro(s) encontrado(s), composta por todos os dados inseridos anteriormente no cadastro. Esses dados poderão ser impressos, caso seja de interesse do usuário do banco.

4.3 Procedimentos de classificação

O registro de experiências e atividades envolve o processamento de diversos tipos de dados. Os mais importantes, para efeitos de classificação são os campos: segmento econômico, clientela e descrição, na medida em que se configuram como as informações essenciais de conteúdo.

A definição correta e precisa dos dados exige, daquele que os está registrando, um juízo de valor. Para emití-lo e transformá-lo em informação de boa qualidade é preciso analisar o conjunto da experiência (ou atividade, produto etc) que está sendo cadastrada e, em seguida, atribuir a ela uma qualidade. Adotando essa perspectiva de trabalho criamos um espaço organizado onde os dados são transformados em informações, sistematizadas e acessíveis, municiando os

técnicos e funcionários de uma instituição de instrumentos de apoio que propiciem a reflexão e a geração dos conhecimentos necessários ao exercício das funções que ocupam.

Acreditando que um bom trabalho não pode ser executado sem uma estrutura de documentação e de informação adequada é que, a seguir, foram apresentadas especificações sobre certos procedimentos de trabalho, sugestões de atividades e recomendações que, se aceitas e adotadas, poderão trazer resultados positivos às ações voltadas para a continuidade da implementação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR.

Para efeitos de cadastramento e caracterização das experiências inovadoras procedeu-se a uma padronização básica. As listas básicas de segmentos econômicos e de clientela poderão ser ampliadas e desdobradas sempre que necessário, desde que se obedeça ao vocabulário controlado e à lista de termos específicos. Quando se esgotam essas possibilidades é que se recorre a um novo termo de classificação.

O registro de experiências e atividades envolve o processamento de diversos tipos de dados. Os mais importantes, para efeitos de classificação são os campos: segmento econômico, clientela e descrição, na medida em que se configuram como as informações essenciais de conteúdo.

A definição correta e precisa dos dados exige, daquele que os está registrando, um juízo de valor. Para emití-lo e transformá-lo em informação de boa qualidade é preciso analisar o conjunto da experiência (ou atividade, produto etc) que está sendo cadastrada e, em seguida, atribuir a ela uma qualidade. Adotando essa perspectiva de trabalho criamos um espaço organizado onde os dados são transformados em informações, sistematizadas e acessíveis, municiando os técnicos e funcionários de uma instituição de instrumentos de apoio que propiciem a reflexão e a geração dos conhecimentos necessários ao exercício das funções que ocupam.

Acreditando que um bom trabalho não pode ser executado sem uma estrutura de documentação e de informação adequada é que, a seguir, foram apresentadas especificações sobre certos procedimentos de trabalho, sugestões de atividades e recomendações que, se aceitas e adotadas, poderão trazer resultados positivos às ações voltadas para a continuidade da implementação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR.

Para efeitos de cadastramento e caracterização das experiências inovadoras procedeu-se a uma padronização básica.

Assim, para o usuário que consulta o cadastro é possível encontrar definições de um segmento econômico, como nos exemplos:

- Agricultura/ Desenvolvimento comunitário

- Construção Civil/ Cultura/ Patrimônio histórico

A opção por esse tipo de descrição decorre da intenção de transmitir, de imediato, o conteúdo informativo preciso da experiência desenvolvida.

No primeiro exemplo, agricultura é o termo mais abrangente, definido pelo CNAE, ao contrário do termo desenvolvimento comunitário, criado para elucidar a modalidade que a experiência apresentou dentro do segmento econômico. Nesse caso específico, o procedimento adotado permite uma pesquisa mais aprofundada, dirigida para iniciativas de qualificação no setor primário (agricultura), mas especificamente voltada para o desenvolvimento de pequenas comunidades rurais.

O segundo exemplo, construção civil/ cultura/ patrimônio histórico (encontro de segmentos tão fora do comum!) reflete com propriedade a experiência desenvolvida no estado de Pernambuco, capacitando trabalhadores como mão-de-obra especializada na recuperação de prédios tombados pelo seu valor histórico. Os serviços de recuperação desse tipo de edificação exigem procedimentos bastante diferenciados daqueles executados nas construções comuns, gerando uma capacitação para trabalho especializado.

Há outros casos em que foi possível dar ainda maior definição à relação segmento econômico-conteúdo da experiência. Vejamos o exemplo:

- Agricultura/ Desenvolvimento comunitário/ Cafeicultura

Proceder dessa forma numa atividade de classificação significa possibilitar a realização de uma pesquisa bastante refinada para o usuário, que poderia localizar rapidamente uma experiência inserida no setor primário da economia (agricultura), mas que se referisse estritamente a técnicas de cafeicultura em pequenas comunidades rurais.

Portanto, a introdução de "subsegmentos" na classificação, ou seja, o acréscimo dos detalhamentos mencionados, permite que o perfil das atividades ou experiências cadastradas apareça mais nítido e em contornos mais bem definidos. O manejo dos dados, de forma combinada, como é o caso deste banco, pode conduzir a duas possibilidades básicas de análise: identificação dos segmentos de concentração onde se realizaram e, em decorrência, identificação das possíveis tendências apresentadas pelas iniciativas de qualificação, quanto aos setores econômicos e respectivos segmentos para os quais estejam se dirigindo.

Percorrendo o conjunto das experiências cadastradas pelo MTE/ SPPTTE/ NID, realizadas entre 1996 e 1999, foram arrolados os segmentos econômicos que poderão ser utilizados pelos usuários do banco para realizar seus novos registros. Essa lista básica poderá ser ampliada sempre que esses novos registros o exigirem. Recomenda-se, então, que essas listas sejam impressas, como instrumento de trabalho à parte, disponível a todos os técnicos que trabalhem com

o cadastramento de novos registros, e que sejam atualizadas sistematicamente para agilizar o trabalho de classificação local.

Recomenda-se também que as equipes de trabalho discutam a inserção dos termos novos, para que seja efetuada a sua padronização, evitando o uso simultâneo de sinônimos ou mesmo a adoção de termos imprecisos ou incorretos. Nesse caso específico, convém a presença de um técnico especializado na área, como um bibliotecário, documentalista ou arquivista, caso seja possível. Esses profissionais podem trazer benefícios valiosos para o trabalho de análise da informação, contribuindo para a qualidade dos levantamentos, da organização das informações, do controle dos documentos produzidos e acumulados, enfim, das fontes de informações que fundamentam as avaliações que o exercício do trabalho em educação profissional exige.

Os procedimentos de classificação por clientela devem ser aplicados aos grupos/segmentos sociais que foram objeto da ação - curso, experiência, atividade etc. A caracterização dos grupos refere-se geralmente a ocupações, profissões, situações de trabalho e condições sociais em que se encontram.

Para a classificação de novas experiências, os procedimentos recomendados para a classificação dos segmentos econômicos devem ser seguidos da mesma forma.

4.4 Vocabulário controlado: PLANFOR/ Experiências Inovadoras

O conjunto de termos que foi relacionado a seguir constitui a primeira versão de um vocabulário controlado, elaborado com base em documentos e publicações relativas às experiências inovadoras do PLANFOR, no âmbito dos Planos Estaduais de Qualificação. Tem a finalidade de subsidiar os bibliotecários, técnicos em documentação, arquivistas e outros profissionais que atuam junto às secretarias de trabalho (ou equivalentes) e às comissões estaduais e municipais de trabalho e emprego, no cumprimento de funções relacionadas à guarda de documentos e à organização e disponibilização de informações.

A organização, preservação e acesso da memória técnica do PLANFOR, especialmente no que se refere às experiências inovadoras, depende de um trabalho técnico adequado, compatível com as normas internacionais para o processamento técnico de documentos e para a produção de instrumentos de pesquisa e referência.

Essa versão do vocabulário já pode constituir o primeiro passo para que sejam padronizados os termos utilizados (assuntos) como palavras-chave e como caminho para a busca de informações. A possibilidade de ampliação desse vocabulário é permanente.

Para entendimento da relação elaborada, são importantes as seguintes informações:

- a coluna da esquerda se compõe de termos autorizados;
- a coluna da direita refere-se aos termos relacionados ao termo principal, exigindo remissivas ou devendo ser substituídos sempre que possível.

A:

TA
abastecimento popular

ação comunitária

acervo histórico

acordo intersindical

administração
administração pública

adolescência

adolescente

agente de saúde pública
agricultura

agricultura alternativa
agroindústria
agronomia
agropecuária

agro- técnica
alcooolismo

alfabetização

TR

abastecimento
alimentação
produto alimentar básico
conselho comunitário
desenvolvimento comunitário
acervo
acervo cultural
bens culturais
patrimônio histórico
acordo coletivo de trabalho
sindicato

órgão de assistência
administração pública direta
administração pública indireta
serviço público
adolescente
juventude
adolescência
conselho tutelar
menor
direito à convivência familiar
vara da infância e da juventude
saúde pública
agro- técnica
atividade agrícola
atividade sazonal
contrato de trabalho agrícola
direito agrário
estância leiteira
lavoura
máquina agrícola
zoneamento agro- ecológico
UP = agricultura biológica

ciências agrícolas
atividade agropecuária
atividade agrícola
atividade pecuária
atividade rural
agricultura
alcoólatra
farmacodependência

alimentação	(PRONAN) abastecimento popular dietista direito à alimentação nutrição ração comum ração operacional vale-refeição analfabetismo
analfabeto	
análise clínica	
apartamento	habitação residência
arbitro	arbitramento juiz
arborização	paisagismo
área de proteção ambiental	área ecológica ecologia meio ambiente recursos ambientais reserva ecológica
arte dramática	
artefatos	
artes	atividade artística Centro de Artes
artes cênicas	
artes plásticas	plástica
artesanato	empresa artesanal
artesão	
asilo	
assédio sexual	crime contra a liberdade sexual estupro exploração sexual sexo
assentamento rural	recenseamento sem-terra
assistência social	
associativismo	associação cooperativismo liberdade de associação
atendente	
atividade agrícola	agricultura atividade agropecuária
atividade extrativa	extrativismo
atividade industrial	desenvolvimento industrial indústria
atividade sazonal	agricultura safreiro

autismo
avicultura

trabalho rural

ornitologia
ovo

B:

TA

TR

bancário
banda musical
beneficiamento
bens culturais

bens paisagísticos

bens turísticos

biodiversidade

bolsa de aprendizagem

bolsa de estudo
bolsa de trabalho
bolsa especial
bombeiro

acervo cultural
acervo histórico
patrimônio artístico
patrimônio histórico
UP= paisagens naturais notáveis
ação civil pública
fundo de defesa de direitos difusos
paisagismo
patrimônio paisagístico
recursos naturais
reserva ecológica
ação civil pública
patrimônio cultural
patrimônio histórico
patrimônio turístico
turismo
biologia
biomassa florestal
biotecnologia
desenvolvimento sustentável
ecossistema
equilíbrio ecológico
fauna
flora
floresta tropical
meio ambiente
recursos ambientais
recursos florestais
recursos naturais
reserva biológica
aprendiz
estágio
bolsa especial

bolsa de estudo
corpo de bombeiros

C:

TA

TR

(CUT)

café

caráter artístico

caráter cultural

carpinteiro

carvoeiro

categoria funcional

categoria profissional

central sindical

cerâmica

cidadania

cidadão

cidade monumento

cinema

comerciante ambulante

comércio

comércio ambulante

comércio varejista

comissão sindical

comunicação social

comunicação visual

comunicações

comunidade

comunidade eclesial

comunidade indígena

bombeiro militar

UP= Central Única dos Trabalhadores

Central sindical

sindicato

carvão

profissional liberal

profissão

profissão liberal

(CGT)

(CUT)

confederação sindical

federação sindical

sindicato

direitos e garantias individuais

patrimônio histórico

cinelube

cinema educativo

indústria cinematográfica

camelô

vendedor ambulante

atividade comercial

comerciário

estabelecimento comercial

comerciário ambulante

trailer

vendas à varejo

sindicato

UP= coletividade

conselho comunitário

desenvolvimento comunitário

direito à convivência comunitária

comunidade rural	população rural
	zona rural
condições de trabalho	acidente de trabalho
	atividade insalubre
	higiene do trabalho
	insalubridade
	inspeção do trabalho
	jornada de trabalho
	medicina do trabalho
	periculosidade
	proteção ao trabalho
	segurança no trabalho
confeção	
confederação sindical	central sindical
	federação nacional
	federação sindical
	sindicato
confeitaria	UP= doceria
	bar
	padaria
	restaurante
	confeiteira
conselho comunitário	ação comunitária
	comunidade
	desenvolvimento social
	previdência social
conselhos municipais	
conservação	
conservador do patrimônio histórico	patrimônio histórico
construção	
construção civil	
construção naval	
consumidor	Procon
	código de defesa do consumidor
contabilidade	
contador	contabilista
	empresa de serviços contábeis
	técnico de contabilidade
contrato de trabalho agrícola	agricultor
	agricultura
	trabalhador rural
	UP= sociedade cooperativa
cooperativa	
cooperativa agrícola	
cooperativa agropecuária	
cooperativa de abastecimento	
cooperativa de consumo	
cooperativa educacional	

cooperativa escolar
cooperativa habitacional
cooperativa operária
cooperativa rural
cooperativismo
cosméticos
costureiro
couro
cozinheira
creche
crédito rural

criança

criança carente

crime contra a liberdade sexual

cultura
cultura afro-brasileira

curso profissionalizante
curso supletivo

D:

TA

deficiência

deficiência física

deficiência mental

deficiente físico

deficiente mental

desempregado

associativismo

peles

empregado doméstico

carteira de crédito rural

financiamento rural

infância

menor

ministério da criança

mortalidade infantil

programa de alimentação infantil

puericultura

recém-nascido

(PRONAICA)

menor

pessoa carente

programa de alimentação infantil

assédio sexual

atentado ao pudor

crime contra os costumes

estupro

exploração sexual

homossexual

capoeira

etnografia brasileira

negro

TR

defeito

ensino especial

ensino especial

pessoa incapaz

desemprego

desemprego	auxílio desemprego desempregado emprego mercado de trabalho salário desemprego seguro desemprego
desenvolvimento agrário desenvolvimento agrícola desenvolvimento agropecuário desenvolvimento comunitário	ação comunitária comunidade mutirão cooperativa cultural cultura intercâmbio cultural promoção cultural
desenvolvimento cultural	
desenvolvimento educacional desenvolvimento industrial desenvolvimento regional desenvolvimento rural desenvolvimento social desenvolvimento sustentável	conselho comunitário (ECO-92) biodiversidade desenvolvimento econômico ecologia impacto ambiental manejo ecológico meio ambiente pobreza
desenvolvimento tecnológico desenvolvimento turístico desenvolvimento urbano desigualdade regional despoluição	ecologia meio ambiente poluição prisão preso recluso ex-detento empregado diarista alimentação nutricionista
detenção detento	
diarista dietista	
digitação direito direito à alimentação	alimentação direitos sociais

direito à educação	nutrição assistência pré-escolar direitos sociais educação educação pré-escolar ensino fundamental
direito agrário	agricultura
direitos e garantias individuais	cidadania direito à dignidade direito à igualdade direito à liberdade direito à vida direito ao respeito direitos e garantias fundamentais direitos humanos habeas corpus mandato de segurança coletivo
direitos humanos	apartheid
direitos sociais	direitos e garantias individuais direito à alimentação direito à convivência comunitária direito à convivência familiar direito à educação direito à previdência social direito à profissionalização direito ao lazer educação infância lazer legislação social licença-gestante licença paternidade maternidade pessoa carente previdência social segurança trabalho
discriminação	UP= preconceito
discriminação racial	UP= racismo negro Lei Afonso Arinos
discriminação sexual	segregação feminismo gestante mulher
doméstica	
drogaria	farmácia

E:

TA

TR

(EPI)

ecologia

economia

economia doméstica

economia familiar

economia popular

economia rural

ecossistema

editoração

educação

educação artística

educação básica

UP= Equipamento de proteção individual;

acidente de trabalho

higiene do trabalho

proteção ao trabalho

segurança no trabalho

área de proteção ambiental

camada de ozônio

desenvolvimento sustentável

despoluição

ecossistema

equilíbrio ecológico

fiscal ambiental

impacto ambiental

manejo ecológico

mata atlântica

meio ambiente

política de meio ambiente

poluição

poluição marinha

programa nossa natureza

queimada

reserva ecológica

zoneamento agro- ecológico

zoneamento ecológico-econômico

economia familiar

economia doméstica

biodiversidade

ecologias

equilíbrio ecológico

meio ambiente

programa nossa natureza

edição

publicação

direito a educação

direitos sociais

tele- educação

ensino fundamental

ensino de 1º grau

educação informal
educação musical
educação pré-escolar

educação técnica
eletricista
eletrônica
eletro- técnico
empregado
empregado doméstico

empregado rural
empregado sindicalizado
empregador rural
emprego

empreitada

empresa agroindustrial
empresa artesanal
empresa comercial
engenheiro
ensino especial

equilíbrio ecológico

equipamento
equipamento médico-hospitalar

UP= ensino pré-escolar
assistência pré-escolar
direito à educação

confeiteira
cozinheira
lavadeira
empregador doméstico

sindicato

desemprego
empreitada
mercado de trabalho
serviço
tarefa
trabalho

UP= serviço de empreitada, tarefa por
empreitada, trabalho por empreitada
emprego
serviço
sub contratação
sub empreitada
tarefa
trabalho

aluno especial
autismo
deficiência física
deficiente físico
deficiência mental
deficiente mental
biodiversidade
ecologia
ecossistema
meio ambiente

material hospitalar

escola comunitária	treinador de futebol
esportes	futebol
	futebol amador
	esporte amador
	esporte profissional
estância leiteira	agricultura
	gado leiteiro
	leite
estatuto da terra	política agrícola
	programa nacional de política fundiária
	projeto fundiário
	reforma agrária
estudante	aluno
	carteira estudantil
ética	comissão de ética
	tribunal regional de ética profissional
ex-detento	UP= ex-presidiário, ex-detento
	detento
ex-mulher	divórcio
	mulher
	separação judicial
exploração sexual	assédio sexual
	crime contra a liberdade sexual
	lenocínio
	prostituição
	sexo
extrativismo	atividade extrativista

F:

	TA	TR
(FCP)		UP= Fundação Cultural Palmares negro
(FUNDHAB)		UP= Fundo de Assistência Habitacional assistência habitacional habitação
fábrica		UP= estabelecimento fabril indústria
farmácia		drogaria
favelas		UP= núcleo habitacional provisório
federação nacional		UP= sindicato de grau superior central sindical
federação sindical		confederação sindical federação nacional

feira livre		sindicato
		feira permanente
feminismo		feira modelo
		discriminação sexual
		gestante
		mulher
fibra de coco		coco
fibra vegetal		fibra natural
		plantas têxteis
fibra natural		fibra vegetal
fiscal ambiental		
fotografia		
função social da propriedade		desapropriação
		interesse social
		reforma agrária
funcionário público		servidor estável
		regime estatutário
fundo de reconstituição de bens lesados		bens culturais
		patrimônio cultural
		patrimônio histórico

G:

	TA	TR
gerente		gestor
geriatria		idoso
		velhice
		sociedade brasileira de geriatria e
		gereontologia
gestante		discriminação sexual
		feminismo
		gravidez
		licença a gestante
		mulher
		mãe
		nutriz
		parto múltiplo
		parturiente
gestão		co-gestão
gestor		gerente
guia de turismo		

H:

	TA	TR
habitação		(FUNDHAB)
		(SFH)
		apartamento

habitação popular	casa UP= moradia popular assentamento populacional
higiene	limpeza saúde
higiene do trabalho	UP= higiene industrial (EPI) condições de trabalho medicina do trabalho segurança no trabalho
horta comunitária	hortaliça
horticultura	horticultura UP= olericultura
hotel	hortaliça empresa de hotelaria hospedagem de turismo turismo

I:

	TA	TR
(IPHAN)		UP= Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) diretoria do patrimônio patrimônio artístico patrimônio histórico serviço do patrimônio histórico e artístico nacional
impacto ambiental		desenvolvimento sustentável ecologia manejo ecológico meio ambiente
incubadora		
índio		grupo indígena FUNAI SPI
indústria		atividade industrial produção industrial fábrica setor secundário
indústria automotiva		
indústria de alimentação		
indústria de fiação e tecelagem		empresa de fiação indústria têxtil tecelagem

indústria de mobiliário
indústria extrativa
indústria metalúrgica

indústria naval

indústria pesqueira

indústria petroquímica

indústria siderúrgica

indústria têxtil

infância

informática
inspetor ambiental

integração social
irrigação

UP= indústria de móveis
atividade extrativa
empresa de metalurgia
metalurgia
empresa naval
material naval
UP= indústria da pesca
indústria de alimentação
pesca
indústria química
petroquímica
empresa de siderurgia
siderurgia
empresa de fiação
empresa de produtos têxteis
indústria de fiação e tecelagem
produto têxtil
tecelagem
criança
direitos sociais
puericultura
recém-nascido
indústria da informática
fiscal ambiental
inspetor
inspeção
meio ambiente
reintegração social

J:

TA

TR

jornalista

repórter

revisor

juventude

adolescência

L:

TA

TR

lavadeira

empregado doméstico

lavanderia

lavanderia

lavadeira

lavoura	UP= plantação agricultura
legislação tributária Lei de Diretrizes e Bases da Educação	UP= Lei de Diretrizes e Bases – LDB Lei Darcy Ribeiro
leitura lenocínio	crime contra os costumes exploração sexual prostituição trottoir chefe dirigente
líder	
liderança limpeza língua espanhola língua estrangeira	UP= idioma estrangeiro idioma oficial língua espanhola língua francesa língua inglesa língua portuguesa
língua francesa língua inglesa língua portuguesa loteamento	

M:

TA

TR

(MHN)	UP= Museu Histórico Nacional (PRO-MEMÓRIA) documento histórico Instituto Histórico e Geográfico patrimônio histórico registro histórico
(MI)	UP= Museu Imperial (PRO-MEMÓRIA) patrimônio histórico
mãe	ascendente gestante licença a gestante
manejo ecológico	desenvolvimento sustentável ecologia impacto ambiental meio ambiente

manicure
maquilador

máquina agrícola

marketing
massagista
mata atlântica

mecânica
mecânico
média propriedade

medicina do trabalho

meeiro

meio ambiente

salão de beleza
cosméticos
produtos de beleza
salão de beleza
agricultura
equipamento agrícola
patrulha motomecanizada
trator

duchista
ecologia
floresta amazônica
pantanal matogrossense
serra do mar
vegetação primária
vegetação secundária
zona costeira

médio produtor rural
pequena propriedade
pequeno produtor rural
reforma agrária
acidente de trabalho
condições de trabalho
higiene do trabalho
médico do trabalho
segurança do trabalho
economia familiar
pequeno produtor rural
área de proteção ambiental
biodiversidade
camada de ozônio
desenvolvimento sustentável
despoluição
ecologia
ecossistema
equilíbrio ecológico
fiscal ambiental
impacto ambiental
inspetor ambiental
manejo ecológico
política de meio ambiente
poluição
queimada
reserva ecológica
reserva extrativista

menor	resíduos perigosos adolescente código de menores corrupção de menores criança criança carente menoridade projeto minha gente recém nascido
menor abandonado menor assistido mercado de trabalho	desemprego emprego mão-de-obra auxiliar de assistência a educação
merendeira metalurgia metodologia microempresa ministério da criança	adolescente criança estatuto da criança e do adolescente projeto minha gente
moda mortalidade infantil mulher	criança discriminação sexual ex-mulher feminismo gestante programa de apoio a mulher rural obra musical música ao vivo
música	
música erudita música popular músico	folclore artista ator compositor desenvolvimento comunitário tarefa
mutirão	

N:

TA

TR

navegação	comércio marítimo vias navegáveis
navegação marítima	navegação de longo curso

negro	pirataria porto marítimo transporte marítimo UP= pessoa de cor (FCP) cultura afro-brasileira discriminação racial
nutrimento	quilombos alimentação
nutrição	nutrição (PRONAN) aleitamento materno alimentação cesta de alimentos básicos desnutrição direito à alimentação nutrimento

O:

TA

TR

oficina
olaria
orientação
orientação pedagógica
orientação pedagógica
orientador pedagógico
orquestra

empresa de cimento

orientação educacional
orientação educacional
orientador educacional

P:

TA

TR

(PRO-FRUTI)

UP= Programa Nacional de arborização com árvores frutíferas
ecologia

(PRONAICA)

paisagismo
UP= Programa Nacional de atenção integral a criança e ao adolescente

(PRONAN)

UP= Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
alimentação

paisagismo

nutrição
arborização
bens paisagísticos
urbanismo

parceria	sociedade
parque ecológico	
parque industrial	indústria
parteira	
patrimônio histórico	(IPHAN)
	(MHN)
	(MI)
	(SPHAN)
	acervo histórico
	bens turísticos
	cidade monumento
	conservação do patrimônio histórico
	fundo de reconstituição de bens legados
pedagogia	
pedreiro	
perfume	
pesca artesanal	pescador artesanal
pesca profissional	pescador profissional
pescador	economia familiar
	embarcação pesqueira
pescador artesanal	pesca artesanal
pescador profissional	pesca
pessoa incapaz	deficiência física
	pessoa deficiente
	surdo
pintor	
pintura	
planejamento	
planejamento administrativo	
planejamento agrícola	
planejamento social	
plantas medicinais	ervanário
	substância medicinal
plantas ornamentais	
policia militar	polícia militar
policiamiento	
política agrícola	estatuto da terra
	programa nacional de política fundiária
	projeto fundiário
	reforma agrária
	UP= política ambiental
política de meio ambiente	ecologia
	meio ambiente
	UP= contaminação ambiental
poluição	cloro flúor carbono
	despoluição
	ecologia

	meio ambiente
	poluição industrial
	poluição marítima
	poluição nuclear
	poluição sonora
	produtos poluentes
	resíduos perigosos
poluição marinha	UP= poluição do mar, poluição marítima
	ecologia
	mar
	poluição
posseiro	pequeno produtor rural
	sem terra
preservação	
preso	detento
	recluso
primeiros socorros	
processamento	reprocessamento
produção agrícola	produção agropecuária
	produção vegetal
produção agropecuária	
produção animal	
produção audiovisual	
produção hortifrutigranjeira	produto frutigranjeiro
	produto hortigranjeiro
produção industrial	indústria
produção têxtil	empresa de fiação
	indústria têxtil
	tecido
produção vegetal	
produção vegetal	produto florestal
	produto vegetal industrializado
produto manufaturado	
produtor rural	economia familiar
	empregado rural
	fazendeiro
	médio produtor rural
	mini produtor rural
	pequeno agricultor
	pequeno produtor rural
	propriedade produtiva
produtos primários	minério
	produção agrícola
professor	
profissional autônomo	trabalhador autônomo
	profissional liberal
profissional liberal	categoria profissional

	profissão
	profissão liberal
programa de alimentação infantil	criança
	criança carente
programa de apoio a mulher rural	mulher
programa nacional de política fundiária	assuntos fundiários
	estatuto da terra
	política agrícola
	política fundiária
	projeto fundiário
	reforma agrária
programa nossa natureza	Amazônia legal
	área de proteção ambiental
	comunidade indígena
	ecologia
	ecossistema
	flora
	política florestal
projeto de reforma agrária	projeto de colonização
	projeto fundiário
	reforma agrária
projeto fundiário	discriminação de terras
	estatuto da terra
	política agrícola
	programa nacional de política fundiária
	projeto de reforma agrária
	reforma agrária
propaganda	propaganda comercial
	publicidade
propriedade improdutiva	UP= terra improdutiva
	propriedade produtiva
	reforma agrária
propriedade produtiva	produtor rural
	propriedade improdutiva
	reforma agrária
prostituição	exploração sexual
	lenocínio
	trottoir
prostituta	
puericultura	assistência materno-infantil
	criança
	infância
	projeto minha gente

Q:

TA

TR

qualidade
qualidade de vida
qualidade industrial
qualificação
quilombos

cultura afro-brasileira
grupo étnico
negro

R:

TA

TR

rancicultura
recém nascido

rã
criança
infância
menor
material reciclável
detento
preso

reciclagem
recluso

floresta
florestamento
silvicultura

reflorestamento

floresta tropical
(FUNMIRAD)
estatuto da terra
função social da propriedade
média propriedade
política agrícola
programa nacional de política fundiária
projeto fundiário
propriedade improdutiva
propriedade produtiva
sem-terra

reforma agrária

relações humanas
reserva ecológica

relações públicas
área de proteção ambiental
área ecológica
bens paisagísticos
ecologia

reserva extrativista

meio ambiente
meio ambiente
recursos naturais
zoneamento ecológico-econômico

residência

apartamento
domicílio

habitação

S:

TA

TR

(SFH)

UP= Sistema Financeiro de Habitação
habitação

plano de equivalência salarial
saldo devedor residual

(SPHAN)

UP= Secretaria do Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional

(IBCP)

(IPHAN)

(PRÓ-LEITURA)

PRÓ-MEMÓRIA)

patrimônio artístico

patrimônio histórico

secretaria da cultura

serviço do patrimônio histórico e artístico
nacional

salão de beleza

barbearia

cabeleireiro

manicure

maquilador

pedicure

saúde pública

agente de saúde pública

direito à saúde

inspetoria de saúde

doença transmissível

serviço de saúde

posto de saúde

secretariado

secretariado executivo

técnico em secretariado

segurança no trabalho

(EPI)

acidente de trabalho

condições de trabalho

higiene do trabalho

medicina do trabalho

supervisor de segurança do trabalho

segurança pública

posto policial

guarda municipal

sem-terra

assentamento rural

pequeno produtor rural

posseiro

reforma agrária

trabalhador rural

seringal	
seringueiro	
servente	
serviço	emprego empreitada tarefa trabalho
serviço civil	
serviço dentário	
serviço médico	
serviço militar	
serviço público	
serviço social	serviço de assistência ao menor serviço de assistência médica domiciliar
serviços domésticos	
serviços gerais	
servidor	funcionário serventuário
servidor público	
servidor público civil	
servidor público estadual	
servidor público municipal	
setor secundário	
sexo	indústria assédio sexual conjunção carnal educação sexual exploração sexual liberdade sexual sexualidade
sindicato	UP= agremiação trabalhista, entidade sindical (CUT) acordo intersindical central sindical confederação sindical empregado sindicalizado federação nacional federação sindical penitenciária política penitenciária regime penitenciário
sistema penitenciário	
soldador	

T:

TA

tarefa

táxi

teatro

tecelagem

tecido

técnico esportivo

técnico naval

tecnologia

tecnologia agrônômica

tecnologia educacional

tecnologia industrial

tele- educação

telefonista

trabalhador

trabalhador avulso

trabalhador rural

trabalhador urbano

trabalho

trabalho assalariado

trabalho de campo

trabalho educativo

treinamento

turismo

TR

emprego

empreitada

mutirão

serviço

trabalho

empresa teatral

indústria de fiação e tecelagem

indústria têxtil

tecido

produto têxtil

tecelagem

educação

televisão educativa

UP= operário

direitos sociais

emprego

serviço

tarefa

adestramento

agência de turismo

bens turísticos

camping

guia de turismo

hospedagem de turismo

secretaria de turismo

serviços turísticos

U:

TA

urbanismo

TR

paisagismo
planejamento urbano
sistema urbano
solo urbano

V:

TA

vale refeição

TR

UP= ticket refeição, vale-refeição
alimentação
alimentação gratuita
bônus
cesta de alimentos básicos
diária de alimentação
vale transporte
roupas
droga
toxicomania
gravação
televisão
videocassete
coação física
terrorismo
violência arbitrária

vestuário
viciado em drogas

videotape

violência

visita

Z:

TA

zoneamento agro- ecológico

TR

agricultura
ecologia
zoneamento ecológico-econômico
ecologia
reserva extrativista
zoneamento
zoneamento agro- ecológico

zoneamento ecológico-econômico

4.5 Lista de Termos Específicos

Esta relação de palavras chave fora de contexto consiste no conjunto de termos específicos do PLANFOR, para as experiências inovadoras. Isto quer dizer que não compõem a relação anterior onde constam os termos padronizados, dadas as particularidades de seu uso institucional.

Da mesma forma que o vocabulário controlado, serve para subsidiar as atividades técnicas de apoio gerencial e informativo aos trabalhos da rede de educação profissional.

A

ação comunitária
acessórios cirúrgicos
acessórios hospitalares
adorno
agente
agente comunitário
agentes multiplicadores
agentes voluntários
agricultura ecológica
agro- extrativismo
agropecuária orgânica
albergado
albergue
aldeias indígenas
área rural
autofinanciamento
autogestão
auxiliar de laboratório
auxiliar de saúde
aviador

B

bovinocultura
babá
balconista
barman
bijuteria
bolsa familiar para a Educação
bolsa-auxílio
bolsa-escola

C

câmara
camareiro
capacitação
castanheiro
catador de papel
comercialização
comunidade agrícola
comunidade pesqueira
controle de produção
controle de qualidade
copeiro
corte e costura
costura industrial
culinária
cultura cafeeira

D

design
dramaturgia
doença ocupacional
delegacia da mulher
delegacia especializada
drogado
docente
desenho arquitetônico

E

educação a distância
educação comunitária
educação infantil
educação profissional
educador
educador musical
equipamentos para deficientes
escola artesanal
escrita
espanhol
estética
estudante de escola de ensino médio
estudante de escola pública
estudante de escola técnica
ética profissional

F

faxineira
feirante
francês
francês instrumental
fundição de jóias

G

gastronomia
gênero
gerência
gerontologia

H

higiene hospitalar
HIV
horta domiciliar
hortifrutigranjeiros

I

idioma estrangeiro
indígena
indústria audiovisual
indústria cultural
indústria de calçados
indústria de pesca
indústria de tecelagem
inglês
instituição social
instrumentos musicais

J

jardinagem
jardineiro
jovem drogado
jovens
juiz de futebol

M

manicuntura
marcenaria
marceneiro
meio rural
menino de rua
mestre de obras

método Paulo Freire
microcomputador
micro empreendimento
minhocultura
modelagem
montador
multimídia
música afro-brasileira
musicalização
músico amador

O

oficina comunitária
orientação profissional
orientação vocacional

P

panificação
parto domiciliar
pastoral da criança
pequena empresa
percussão
perfume
pesca industrial
planejamento de negócios
planejamento de produção
policiamento comunitário
políticas públicas
pomar
PPDs – pessoa portadora de deficiências
prédios históricos
pré-escola
produção artesanal
produção comercial
produção cultural
produto de higiene
professor leigo
Programa Saúde da Família
promotor de vendas
psicoterapêutica

R

raça negra
recepcionista
recursos audiovisuais

retocador
risco social

S

saúde da mulher
segurança turística
serviço autônomo
serviços emergenciais
subempregados

T

tapeçaria
taxista
terceirização
trabalhador ambulante
treinamento vocacional
turismo sexual
TV do trabalhador

U

utilidades domésticas

V

vagonite
violência contra a mulher
violência contra o menor
violência doméstica
visita domiciliar